

O CONTEXTO INTERNACIONAL EM MÚLTIPLAS FACES E SUJEITOS: AS CONTRADIÇÕES EM MOVIMENTO E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

The multifaceted international context and its various actors: evolving contradictions and international cooperation

Joaci de S. Cunha
Universidade Católica do Salvador, Salvador, BA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 05/11/2024

Aceito em 12/11/2025

doi: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p493-528>

Copyright (c) 2025 Joaci de S. Cunha.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Como ser citado (modelo ABNT)

CUNHA, Joaci de S. O contexto internacional em múltiplas faces e sujeitos: as contradições em movimento e a cooperação internacional. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 265, p. 493-528, maio/ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p493-528>

Resumo

Este artigo procura identificar as contradições fundamentais que conformam a crise mundial do capital em 2025, e que alimentam os choques entre os sujeitos que operam as disputas geopolíticas atuais, destacando a guerra tarifária imposta ao mundo por Donald Trump, a crise do dólar estadunidense, indicando as suas causas profundas e as razões de suas guerras; a emergência dos BRICS e o papel central nele desempenhado pela China, passando também pela crise economia na Zona do Euro. Essa abordagem em seguida é afunilada para destacar os impactos dessa conjuntura para a cooperação internacional europeia e os projetos sociais por ela apoiados no Brasil e no Sul Global.

Palavras-chave: Trump e a guerra tarifária. Crise do dólar. BRICS. Economia europeia. Cooperação internacional.

Abstract

This article seeks to identify the fundamental contradictions that shape the global crisis of capital in 2025 and fuel the clashes among the actors driving current geopolitical disputes, highlighting the trade war imposed on the world by Donald Trump and the crisis of the U.S. dollar, while pointing out their root causes and the reasons behind these conflicts; the emergence of the BRICS and the central role played by China within it, as well as the economic crisis in the Eurozone. This approach is then narrowed to highlight the impacts of this situation on European international cooperation and the social projects it supports in Brazil and the Global South.

Keywords: Trump and the tariff war. Dollar crisis. BRICS. European economy. international cooperation..

INTRODUÇÃO

Compreendemos os aspectos da conjuntura internacional 'como sintomas produzidos na estrutura' dos conflitos geopolíticos ou (inter)imperialistas. Neste texto, procura-se ir além da superfície dos fatos ou dos fenômenos sociopolíticos para identificar as contradições fundamentais, que conformam a atual crise mundial do capital, e alimentam os choques entre os sujeitos que operam as disputas geopolíticas ou inter-imperialistas contemporâneas.

Terão destaque na análise as iniciativas dos sujeitos políticos mundiais (estados, blocos econômicos, complexo industrial militar, entre outros) para manter ou alterar as

relações de poder hegemônicas no cenário global. Na medida das limitações do autor avaliar-se-á alguns sintomas presentes na conjuntura, especialmente, as inter-relações dos processos contraditórios em seu desenrolar histórico, e as ações estratégicas postas em curso pelos sujeitos ou “players” globais.

Disputas (inter)imperialistas, neste texto, deve ser compreendidas como a competição entre múltiplas potências no cenário global, em conflito pela hegemonia econômica, política e militar, entendendo que a rivalidade é uma característica inerente à fase monopolista do modo mercantil de produção de mercadorias, levando a disputas por mercados, recursos naturais e esferas de influência e guerras. Neste texto, não se discute o tema do imperialismo ocidental em termos teóricos, ainda que despose uma visão de mundo específica. Também não se abraça ou se nega a tese de um novo imperialismo chinês, tão pouco entende as relações chinesas com os demais países como baseadas na cooperação e na busca por uma ordem mundial multipolar, não-hegemônica, não baseada na dominação, mas na soberania e no desenvolvimento mútuo, pela simples razão de que não se propõe a avaliar essa complexa, longa e polêmica questão.

Para destacar as opções dos sujeitos globais, procuraremos mapear a correlação de forças presentes até setembro de 2025 e observar criticamente as tendências em curso.

Na conjuntura internacional, um “sintoma” central, do qual se desdobram vários outros, se coloca como objeto principal desta análise: a reconfiguração do poder político-diplomático, econômico e militar global tendente a se consolidar no bloco de poder asiático. Nossa hipótese explicativa geral para essa conjuntura é que, nas duas últimas décadas, a concorrência (inter)imperialista pelo mercado mundial de mercadorias, ao tender a favor do capital asiático (China e aliados), intensificou as contradições no bloco de poder ocidental (EUA / UE), obrigando-os a intensificar os mecanismos anti-crise (ou anti-ciclo), inspirados no *keynesianismo militar*, como caminho para preservar a sua hegemonia.¹

Um tema que se desdobra desta hipótese é o impacto da crise global sobre a cooperação europeia para o desenvolvimento, algo que interessa diretamente ao conjunto da sociedade civil brasileira. Ou em termos de questão, o que explica a conjuntura atual da cooperação europeia?

Para levar a cabo a investigação proposta, exploramos alguns processos/eixos por onde pode-se visualizar de forma concreta algumas contradições fundamentais do sistema capitalista em escala mundial. São eles: 1) a configuração geoeconômica atual, onde se sobressai a aposta chinesa nas tecnologias que definem o cotidiano (modo de vida e de produzir) no século XXI; 2) gastos militares como antídoto à crise do capital (keynesianismo militar); 3) a “verdadeira guerra” dos EUA; 4) ataques de Trump ao Brasil e aos Brics; 5) gastos militares europeus e pressões dos EUA (OTAN); 6) o rearmamento europeu e a crises alemã e da zona do euro; e por fim, (7) a cooperação internacional europeia e gastos militares.

As fontes utilizadas estão indicadas através de notas de rodapé e para além destas utilizamos informações e dados obtidas de relatórios de organizações internacionais, institutos de pesquisa e notícias de veículos de comunicação publicados em alemão, inglês e francês acessados e traduzidos com a ajuda de recursos da Inteligência Artificial (IA), indicados nas referências. Nestes casos, tomamos o cuidado de checar a correção e

¹ A noção de keynesianismo militar baseia-se em Baran e Sweezy (1978), e em Magdoff (1978), popularizada nos cursos de economia por Hunt e Sherman (2000).

congruência dos dados em relação as demais fontes usadas, bem como a seriedade da instituição acessada por este mecanismo.²

Devemos observar, por fim, a ausência de alguns sintomas da conjuntura, que não foram aqui abordados (ressalto que esta análise segue em construção). Destacamos, em especial, as consequências ambientais do funcionamento atual do modo de produção capitalista (colapso climático), efeitos da financeirização (aqui apenas implícitos), as guerras no Oriente Médio (Palestina, Iran, Israel e Iêmen) ou ameaças à Cuba e a Venezuela, transição energética, crescimento das forças políticas da extrema direita e também de esquerda, o recrudescimento da violência em âmbitos diversos, gênero, étnico-racial, policial etc.

A CONFIGURAÇÃO GEOECONÔMICA ATUAL

A vitória da China na corrida econômica e industrial global levou aos Estados Unidos e, agora, a União Europeia, a radicalizarem a aposta na indústria da morte, como saída para a crise de sua base produtiva e como alternativa para tentar manter a sua hegemonia global. Nesse caminho, os movimentos dos EUA, após Trump, nem sempre são seguros ou compreensíveis, como os seus acenos à Rússia (desnorteando os líderes europeus), as ameaças de anexação de vizinhos ou as idas e vindas da guerra comercial em curso com suas tarifas de importação.

Todavia, na base desses movimentos está o reconhecimento da crise e decadência da base material ou produtiva dos EUA e a busca por um caminho que possibilite sustentar materialmente uma nova corrida armamentista contra a China (e seus aliados), redefinida como o “principal competidor estratégico”.

Porém, a agressividade tarifária e comercial americana resulta de uma crescente vulnerabilidade econômica na tentativa de saída dessa crise, e que conta com seu complexo industrial-militar como alavanca fundamental.

Todavia, ao longo da história, como nos lembra o ex-diplomata Philip Yang, os impérios permanecem hegemônicos “enquanto produzem mais do que consomem. Romanos, persas, otomanos ou britânicos reinaram enquanto mantiveram superávits comerciais substantivos em relação ao resto do mundo.” A continuidade da hegemonia dos Estados Unidos é uma anomalia histórica, porque, apesar de um déficit comercial crônico que dura mais de 50 anos, este país mantém um imenso poder global por meio da emissão da moeda de reserva internacional (o dólar). Assim, podem gastar muito mais do que produzem, além de custear sua máquina de guerra, mas não sem enfrentarem sérias crises ao longo desse meio século. E agora, também, desafios crescentes ao seu “privilégio exorbitante” de controlar a moeda de troca do comércio entre as nações e de reserva internacional.³

As três principais crises dos EUA, no pós-guerra, e as saídas por eles encontradas foram sintetizadas por Yang. Na primeira delas:

No final dos anos 1960, os crescentes gastos dos Estados Unidos com a Guerra do Vietnã e programas sociais geraram uma desconfiança global sobre a capacidade do país de honrar

² Para o uso dos recursos da Inteligência Artificial neste artigo seguimos o que recomendam Peixoto. et al. (2025), e *Editorial, Acta Paul Enferm*, (2025).

³ Expressão cunhada nas décadas de 1960 pelo então ministro das finanças francês, Giscard. D'Éstaing (Hirschfeld, 2025).

a paridade dólar-ouro que dava sustentação à moeda norte-americana como reserva internacional desde 1944. (Yang, 2025)

Por isso, a França, sob a presidência de Charles de Gaulle, buscou resgatar o ouro francês armazenado no Federal Reserve de Nova York sob temor de um calote iminente. Na década de 1960, os franceses repatriaram centenas de toneladas de suas reservas de ouro dos EUA (grande parte a que tinham direito) e também do Banco da Inglaterra. Em 1965-66, chegou a enviar aviões para buscar fisicamente o ouro do Federal Reserve, em Nova York, uma ação conhecida como "Operação Vide-Gousset".⁴

As ações da França e as pressões de outros países, ante os persistentes déficits americanos, aceleraram a desconfiança no dólar e na política americana, e representaram a gota d'água no colapso do sistema de Bretton Woods. Em 15 de agosto de 1971, o Presidente dos EUA, Richard Nixon, suspendeu unilateralmente a convertibilidade do dólar em ouro, pondo fim a este sistema. Desde, então, temos a era das taxas de câmbio flutuantes do dólar e o seu valor passou a ser baseado, apenas na confiança e na demanda sobre ela.

Para garantir que o dólar mantivesse seu status global, os Estados Unidos costuraram um acordo estratégico com a Arábia Saudita e subsequentemente com a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), para que o petróleo passasse a ser negociado exclusivamente em dólares. Nascia o sistema petrodólar, que forçou todas as nações do mundo a demandar dólares para comprar energia, criando um pilar de demanda para a moeda americana. (Yang, 2025)

A segunda das grandes crises do período surgiu nos anos de 1980, quando a competitividade da indústria estadunidense era superada pelos avanços tecnológicos e ganhos de produtividade dos japoneses e alemães. Os EUA viram crescer os seus déficits comerciais e a perda de mercado do seu parque industrial e, com isso, aumentar a pressão protecionista interna.

Desta vez, para alcançar a desvalorização do dólar, os EUA convenceram Japão, Alemanha Ocidental, França e Reino Unido a venderem dólares e comprarem suas moedas (ienes, marcos, francos e libras), isto em uma ação coordenada e multilateral, sem imposição. Assim, os norte-americanos baratearam as suas exportações e encareceram as importações, e com isso reequilibraram a sua balança comercial com os países signatários do pacto. Em contrapartida, assumiram o compromisso de reduzir seu déficit orçamentário federal. Desse modo, Japão e a Alemanha Ocidental aceitaram estimular a demanda doméstica com cortes de impostos, etc., para aumentar suas importações e, por este meio, reduzirem os superávits comerciais com os EUA.

Para o Japão, porém a forte valorização do iene dificultou as suas exportações, impulsionou o investimento doméstico e a especulação, levando nos anos de 1990 a um longo período de estagnação econômica, após o estouro da "bolha financeira" no país asiático, originada em grande medida deste "acordo".

Quanto aos norte-americanos, o seu compromisso de reduzir o déficit orçamentário federal (o que em tese diminuiria o autofinanciamento que a emissão do dólar permite) logo seria abandonado. Ao contrário, agigantaram os déficits orçamentários, a livre emissão do

⁴ *Goldmarket (s/d)*. Segundo este site francês, apenas em 1965 foram repatriados 100 toneladas de ouro para Paris.

dólar e a especulação financeira, com este setor tornando-se dominante no conjunto da economia. Tudo isso agravou na mesma proporção, inclusive, a profundidade de suas crises.

Nesse rastro, a terceira e mais recente crise de grande dimensão dos EUA teve início entre 2007-2008. Desta vez:

Para evitar um colapso sistêmico, o Federal Reserve recorreu a uma nova ferramenta, o *Quantitative Easing (QE)*. Essencialmente, o banco central americano emitiu trilhões de dólares para comprar títulos públicos e ativos “podres” dos bancos, injetando uma liquidez massiva no sistema e, mais uma vez, usando seu poder monetário [a livre emissão do dólar] como a principal solução para uma crise global. (Yang, 2025)

A questão é: até quando o privilégio monetário do dólar será capaz de contornar a crise do capital estadunidense, em um contexto onde a sua base material é claramente decadente, mas que agora concorre com o ascendente bloco eurasiático (China-Rússia).

Ante este obstáculo, com John Biden, os EUA assumiram a região do Indo-Pacífico, onde a influência econômica e militar da China é preponderante, como seu foco estratégico de contenção. Isso exigiu e exige recursos militares (como frotas navais), alianças (com Japão, Coreia do Sul, Austrália, Filipinas) e novas parcerias de segurança (como o AUKUS), cuja exequibilidade política e econômica, em caso de conflagração, pode ser comprometida devido a sua base produtiva e industrial enfraquecida. Este declínio dos EUA, quando comparado com a China, salta aos olhos.

CHINA

Desde 2009, a China tornou-se o maior exportador mundial de mercadorias e, em 2013, a maior nação comercial do planeta, isto é, quando se soma exportações e importações (“corrente de comércio”). Como consequência, cerca de 70% dos países comercializam mais com a China do que com os Estados Unidos, invertendo o cenário de até o início dos anos 2000. Na América do Sul, já é o principal parceiro comercial de todos as nações, condição que, no mundo, inclui mais de 120 países, inclusive potências como Alemanha e Japão.⁵ No comércio de serviços, apesar do rápido avanço da China, os Estados Unidos ainda lideram.

O valor dos serviços vendidos pelos americanos é cerca de 2 trilhões de dólares (2024), cerca do dobro do chinês. Todavia, a distância nominal entre eles, que já foi de (em 2010) superior a 1,3 tri, em 2024, era bem menor, US\$ 0,95 trilhão. Isso devido ao crescimento anual médio chinês (10%) ser mais que o dobro dos Estados Unidos (4%). Mantida essa tendência, a superação neste campo será inevitável, ainda que certas variáveis (avanços e controles sob a tecnologia, tarifas, câmbio etc.) possam interferir na disputa.

Um claro indício da ultrapassagem chinesa, também na venda de serviços, é a liderança atual do Império do Sol em inovação e tecnologia. Das 44 tecnologias críticas, que definiram o futuro, desde o cotidiano das pessoas, o processo de produção e a ocupação do espaço sideral, a China lidera em 37 delas. Estamos falando, enfim, de defesa, espaço,

⁵ Na corrente de comércio da Colômbia, em 2024, os EUA mantiveram a liderança, com um volume muito maior do que o da China (a única exceção na América do Sul). No entanto, a adesão da Colômbia à Iniciativa ‘Cinturão e Rota’, em 2025, deve trazer alterações significativas no futuro (AFP - *Carta Capital* – 14.05.2025).

robótica, energia, meio ambiente, biotecnologia, inteligência artificial (IA), materiais avançados e tecnologia quântica.⁶

Estas conclusões do Instituto Australiano de Política Estratégica (ASPI), em estudo financiado pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos, mostrou ainda que, em alguns campos, todas as 10 principais instituições de pesquisa do mundo estão sediadas na China. E mais, que a Academia Chinesa de Ciências, um órgão de pesquisa oficial, ficou em primeiro ou segundo lugar na maioria das 44 tecnologias monitoradas. E ainda que nas "áreas de sensores e comunicação quântica", os avanços tecnológicos da China pode deixá-la "oculta" aos meios da inteligência ocidental, incluindo os "Cinco Olhos" da Grã-Bretanha, Estados Unidos, Austrália, Canadá e Nova Zelândia.

Não bastasse a China responder por 70% das vendas globais de carros elétricos, na transição energética deter 80% da produção dos painéis solares do mundo (2022), liderar os avanços em ciência e inovação, também mostraram-se capazes de construir, em apenas 15 anos, 48 mil km de ferrovias de alta velocidade (70% da existente em todo o mundo). E para assegurar as próximas etapas de sua revolução industrial, nesta fase tecnológica hiperavançada, ainda controlam 90% da capacidade de processamento de terras raras e disponibilizam 1,5 milhão de novos engenheiros por ano à sua base produtiva.

INICIATIVA CINTURÃO E ROTA

A Iniciativa Cinturão e Rota (ICR), também conhecida como "Nova Rota da Seda", é um conjunto de projetos, ambicioso e abrangente, de infraestruturas e de política externa da China para o século XXI, lançado em 2013. A ICR visa criar uma vasta rede de conectividade ligando a Ásia à Europa, África e América Latina. Suas proposições principais estruturam uma série de corredores terrestres que conectam a China à Europa, através da Ásia Central e do Oriente Médio, envolvendo ferrovias, rodovias, oleodutos e gasodutos e outras infraestruturas, bem como uma cadeia de portos e rotas marítimas que ligam a costa da China ao Sudeste Asiático, ao Sul da Ásia, à África e à Europa. Mais recentemente, a Iniciativa Cinturão e Rota tem alcançado a área digital (cabos de fibra óptica, 5G, data centers) e projetos de energia renovável.⁷

Seus objetivos multifacetados articulam metas econômicas (novos mercados fora do Ocidente, ampliar o uso do iuan) e geopolíticas (posicionar a China no centro de uma nova ordem econômica e política centrada na Eurásia, oferecendo um modelo de desenvolvimento alternativo ao "Consenso de Washington"), que tem atraído dezenas de países para a órbita chinesa, principalmente, aqueles integrantes da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a exceção da Índia, que não aderiu (UNITED NATIONS, 2025)

A OCX é uma articulação com objetivos de segurança política e econômica, que favorece a livre circulação de bens, capitais, serviços e tecnologias, bem como o desenvolvimento de infraestruturas em diversos setores no continente asiático, mas que, como os Brics, também é heterogênea, e está composta por dez Estados-membros (China,

⁶ Reuters (2 de março de 2023). "Estudo diz que China lidera os EUA na competição global por tecnologias emergentes importantes". Segundo esta pesquisa, "nos últimos cinco anos, a China gerou 48,49% dos artigos de pesquisa de alto impacto do mundo".

⁷ Portal Iniciativa de la Franja y la Ruta (2025). E a análise dos investimentos chineses na África estão disponíveis em Johns Hopkins University (2025).

Cazaquistão, Índia, Irã, Quirguistão, Paquistão, Rússia, Tajiquistão e Uzbequistão). A ASEAN, por sua vez, é integrada por outros dez países (Brunei, Camboja, Filipinas, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar, Singapura, Tailândia, Vietnã). Praticamente, todos eles tornaram-se parceiros da Nova Rota da Seda.

De fato, como se observa a seguir, a Iniciativa Cinturão e Rota, com centenas de projetos organizados em seis corredores terrestres principais e uma rota marítima, contemplam, com projetos econômicos estruturantes, os integrantes da OCX e da ASEAN, contrastando com a guerra comercial e tarifária dos EUA, que opõem dificuldades aos seus desenvolvimentos.

Os principais corredores e projetos terrestres são: 1. Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), que dará à China acesso direto ao Mar Árabe, incluindo rodovia, ferrovias, usinas de energia e zonas econômicas especiais. 2. Nova Ponte Terrestre da Eurásia: ferrovias de carga que ligam o leste da China à Europa Ocidental (Madri), através do Cazaquistão e da Rússia, que já transporta mercadorias para a Europa em pouco mais de duas semanas, mais rápida que o transporte marítimo e mais barata que o aéreo; 3. Corredor China-Ásia Central-Ásia Ocidental: conecta a China à Turquia e ao Irã, cruzando o Cazaquistão, Quirguistão e Uzbequistão, com gasodutos da Ásia Central para a China, ferrovias modernizadas e centros logísticos; 4. Corredor da Península da China-Indochina: Liga o sul da China a Cingapura, passando por Vietnã, Laos, Camboja, Tailândia e Malásia, com a Ferrovia China-Laos, inaugurada em 2021, que transformou o Laos (um país sem saída para o mar) em um hub de conectividade terrestre, além de ferrovias de alta velocidade na Tailândia e Malásia; 5. Corredor China-Mongólia-Rússia: moderniza e integra a infraestrutura existente entre os três países para facilitar o comércio e o transporte de recursos, e que disponibilizará o gás siberiano à indústria chinesa com o gasoduto "Poder da Sibéria 2".

Já as principais rotas marítimas, passam pelo financiamento, construção e, em muitos casos, a operação chinesa de portos e terminais ao longo do Oceano Índico, Mar Mediterrâneo, Costa africana e América Latina. Os principais projetos são: o porto de Piraeus (Grécia), atualmente um dos portos de contêineres mais movimentados do Mediterrâneo; o porto de Hambantota (Sri Lanka); os portos de Djibouti, na África (onde a China também tem sua primeira base militar no exterior), Lamu no Quênia e Bagamoyo na Tanzânia.

Desse modo, a Nova Rota da Seda consolida o bloco eurasiático, liderado pela China, como um novo "player" e competidor direto pela hegemonia econômica global.

A "GUERRA" GEOECONÔMICA

Por ora, a guerra à China é executada como "dissuasão integrada", o que exige a "integração de todas as ferramentas do poder nacional com a robusta rede de aliados e parceiros que os EUA possuem para dissuadir agressões de forma confiável", combinando capacidades militares tradicionais com guerra cibernética, espacial, comercial e tecnológica. Para o *Center for a New American Security*, um *think tank* dos EUA, a tardia Estratégia de Defesa Nacional, de 2022, tem a 'dissuasão integrada' como a sua pedra angular, mas ainda não estaria claro como esse conceito será efetivamente implementado (Pederson; Akopian, 2023). Sob Trump, pode-se dizer que essa estratégia é traduzida para o senso comum por meio do *America first* (América primeiro) e do *Make America Great Again* – MAGA (Tornar a América grande novamente).

Está claro para todos que não é possível emparedar e enfraquecer a China, em aliança estratégica com a Rússia, com uma nova corrida armamentista ao modo como foi feito com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), levando-a ao colapso econômico e a

queda. Mesmo porque, para a economia dos EUA produzir e manter as suas próprias capacidades de defesa, na escala e velocidade necessárias, agora depende-se em grande medida da indústria chinesa. Isto ocorre em relação a minerais críticos, presentes nas terras raras, como neodímio e disprósio e, principalmente, o gálio (para radares e sistemas de GPS dos mísseis), sendo a China responsável por cerca de 80% da produção mundial; germânio (para lentes e janelas infravermelhas que permitem a visão noturna), com 60% da produção mundial na China; e tungstênio para munições perfurantes, reatores nucleares e semicondutores, dentre outros. A mesma dependência observa-se em relação aos ímãs de alto desempenho, cruciais para veículos elétricos e mísseis, componentes eletrônicos usados em sistemas de comunicação, drones e outros usos militares, além de propulsores para mísseis HELLFIRE, que dependem de um produto químico específico (butanotriol) produzido em uma única empresa chinesa, além de baterias de lítio, essenciais para uma variedade de equipamentos militares.

Ter em conta essa integração dependente de suas cadeias de suprimentos é fundamental para compreender os movimentos da política externa e tarifária de D. Trump, que tentam encontrar uma saída para a crise do capital produtivo ocidental, garroteado pela dominância especulativa de sua fração financeira descolada, em sua maior parte, de qualquer base produtiva real.

Nesse sentido, Trump invocou novamente a Lei de Produção de Defesa (DPA), uma norma dos tempos da Guerra da Coréia (1950), que concede ao presidente autoridade emergencial para controlar as indústrias nacionais, desta vez para impulsionar a produção americana de minerais críticos e combater o controle quase total da China sobre o setor (*Council on Foreign Relations*, 2025). Busca, portanto, sediar nos EUA, o processamento de minerais e componentes críticos para a indústria militar. Ou seja, está claro que a "desvinculação" da cadeia de suprimentos chinesa é um desafio central na estratégia de defesa, e um requisito fundamental de sua "dissuasão integrada".

Por seu turno, uma diplomacia econômica condizente com as necessidades de manutenção da sua hegemonia seria essencial aos EUA, sobretudo, devido aos acenos sedutores da China aos diversos países e continentes antes submissos ao *hegemón*. Assim, do ponto de vista ocidental, especialmente na Ásia, fortalecer as alianças comerciais existentes e estabelecer novas parcerias são fundamentais para a dissuasão coletiva, afinal a competição econômica é um componente essencial da sua segurança nacional. Entretanto, a contraditória política tarifária de Trump parece desconsiderar essa necessidade e, assim, pode facilitar o avanço chinês, que busca restabelecer e aprofundar laços culturais e econômicos com tradicionais aliados ocidentais na Ásia, como Japão, Coreia do Sul e Filipinas. Nesse sentido, caso a política comercial de Trump não tenha êxito no sul da Ásia, a contenção norte-americana à China pode se fragilizar nessa região.

Parece evidente que Washington buscar nacionalizar sua cadeia de suprimentos e sair da dependência do gigante asiático. A condição dependente explica a busca desesperada, via tarifas de importação, por investimentos industriais no território norte-americano e ou a transferência da produção para países aliados, como via de redução da vulnerabilidade econômica e suas implicações na capacidade militar. Esses diagnósticos feitos por centros de pesquisa americanos expõem as preocupações sobre a capacidade da base industrial ianque em sustentar um conflito prolongado, o que aliás ficou exposto até mesmo em relação a Rússia, como se observa na guerra da Ucrânia, com as limitações dos esforços conjuntos de membros da OTAN.

Atualmente, porém, a guerra direta entre as duas maiores potências ocorre apenas no campo geoeconômico, em disputas comerciais e pelo controle de tecnologias estratégicas, como inteligência artificial (IA), computação quântica, hipersônicos, biotecnologia e semicondutores. A política de defesa dos EUA busca sustentar ou reconquistar a liderança nessas áreas, manter a efetividade de seu aparato militar e limitar ou impedir o acesso da China a tecnologias de semicondutores avançados (chips de até 7 nanômetros). Todavia, também nesse campo, a China dá sinais de empate nessa disputa a exemplo dos sistemas de inteligência artificial chineses, como DeepSeek, Alibaba (Qwen), Baidu (Ernie Bot), Zhipu AI, SenseTime, iFLYTEK e Huawei, que rapidamente se aproximam ou até superam o desempenho de modelos ocidentais em certos parâmetros de raciocínio e análise de dados. E, sobretudo, superaram os americanos OpenAI (ChatGPT), Google (Gemini), Meta (Llama) e Anthropic, em termos de eficiência, custo e recursos computacionais, o que tem feito até grandes empresas ocidentais por eles optarem. Portanto, conseguem encontrar alternativas à proibição de importação dos equipamentos necessários ao desenho e produção dos semicondutores mais avançados.

Concretamente, essa disputa pela supremacia em IA é sobre liderança econômica, militar e geopolítica, mas, também é um caminho fundamental (nas inversões em armamentos) voltado para a superação da crise do capital, que amplia o seu componente orgânico (capital fixo), embora potencializando as futuras crises. Nesse sentido, as armas mais eficazes na guerra da Ucrânia e no Oriente Médio são guiadas por recursos de IA do mesmo modo que as grandes empresas já usam a IA como poderosa ferramenta de aumento da produtividade e do lucro.

GASTOS MILITARES COMO ANTÍDOTO À CRISE DO CAPITAL

Seguramente, as crises econômicas possuem causas complexas, variando suas explicações de acordo com as concepções teóricas dos analistas. Numa perspectiva marxista, a tendência declinante da taxa média de lucro é uma manifestação periódica e decorre da crescente parte fixa do capital (composição orgânica) em relação ao emprego do trabalho humano (capital variável), fonte fundamental do valor (riqueza) ao lado dos bens naturais. Conduzida pelo capital/estados, a saída dessas crises produziria contradições ainda mais agudas e, no limite, podem levar às guerras e catástrofes humanas ou, se conduzidas conscientemente pelos trabalhadores, à revolução socialista.

Por sua vez, na abordagem keynesiana, as causas das crise econômicas se relacionam à queda na demanda agregada (consumo, investimento, gastos do governo e exportações líquidas). Por esses motivos, indivíduos e corporações são levados a pararem ou reduzirem significativamente seus gastos e investimentos, originando o “círculo vicioso” de desemprego e subutilização da capacidade produtiva do capital, enfim, produzindo à crise. Conforme Hunt e Sherman (2000), para o pensamento keynesiano, o aumento dos gastos governamentais é o antídoto para as crises capitalistas, porque geraria mais renda, consequentemente, mais consumo e investimentos, reativando a economia.

Para Keynes, a coordenação estatal deveria direcionar o excedente da produção de valor, que escapa ao ‘fluxo circular’ entre produção e renda, de volta a este fluxo. Nesse sentido, o Estado enterrar garrafas vazias em minas abandonadas e contratar empresas privadas para desenterrá-las, em termos teóricos, teria os mesmos resultados que investir em escolas, creches e hospitais, ou seja, funcionariam igualmente como ações anticíclicas ou

antídoto à crise do capital. A natureza sociopolítica da opção adotada, portanto, não contaria para este objetivo.

Nas décadas que se seguiram a segunda guerra mundial, os países do ocidente europeu seguiram essa teoria adotando políticas amplas de bem-estar social, enquanto os EUA priorizaram canalizar o capital excedente para a produção, estocagem e uso massivo de armas. À opção pelo 'keynesianismo militar', conforme desenvolveu Sweezy e Baran, mostrando como a economia dos EUA se tornou dependente do orçamento de defesa para evitar a estagnação econômica. Assim, a tese central de *O capital monopolista* apontava a "válvula de escape" necessária para o excedente de capital gerado pela supremacia econômica dos EUA nos supostos "anos de ouro" do capitalismo.

Noutra direção, para os liberais, as crises são anomalias temporárias que o mercado por si é capaz de corrigir, podendo ser provocadas por quebra do equilíbrio, intervenção governamental, choque externos ou mesmo uma provisória superprodução. Mas a solução por eles propugnada é permitir que o mercado opere livremente, sem a mediação estatal. Isso bastaria para a sua autorregulação. Por meio da sua "mão invisível", o mercado reconduziria ao equilíbrio e ao retorno do crescimento econômico. Naturalmente, todos os governos ditos liberais, ante a crise, se apressam em canalizar altas somas de recursos públicos para salvar suas corporações, principalmente, as financeiras. Nisto se especializaram os políticos neoliberais, representantes ideológicos, por excelência, dos interesses do capital especulativo financeiro.

Na prática, a história econômica nos mostra que o principal caminho de saída das crises pelas mãos das corporações e estados imperialistas, independente das concepções teóricas de seus governos, são investimentos públicos, sobretudo, na ampliação / modernização da indústria militar, elevando-a a novo patamar tecnológico. Ou seja, apostam na indústria da morte como saída para a crise de sua base produtiva, dotando-a de novas e mais mortíferas técnicas de destruição, cujas tecnologias poderão ser adotadas na indústria, comércio e serviços, projetando ganhos de produtividade e a elevação da taxa de lucro.

Por sua vez, a disputa geopolítica por manter ou conquistar a posição econômica hegemônica reforça o caminho bélico de saída das crises capitalistas, conduzindo gigantescas somas de capital para o complexo industrial militar, enquanto as necessidades mais sentidas da humanidade e do planeta ficam em segundo ou último plano. Nesta direção apontam os dados sobre gastos militares ao redor do mundo, desde as últimas décadas do século XIX e ao longo do século XX, como demonstrado em a *Era dos Extremos*, por Eric Hobsbawm (2006).

CENTRALIDADE DO COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR NA ECONOMIA DOS EUA

Reafirmando essa tendência, os gastos com o complexo industrial militar dos Estados Unidos, entre 2015-2025, quando a crise de sua base produtiva expôs a vulnerabilidade de sua hegemonia mundial, aumentaram consistentemente. De acordo com o SIPRI (*Stockholm International Peace Research Institute*), em 2025, os gastos militares ianques chegarão a cerca de U\$ 1,06 trilhão. Este valor é mais de quatro vezes superior ao orçamento militar da China, o segundo maior, e vem crescendo ano a ano, impulsionado por um cenário de crise de sua hegemonia econômica e geopolítica, buscando a contínua ampliação e modernização tecnológica da indústria da morte. Em 2024, os gastos dos EUA (cerca de U\$D1 trilhão) representaram 37% dos gastos militares globais (SIPRI - *Stockholm International Peace*

Research Institute (2024); DefesaNet (2024). Mas pode ser muito mais, como apontam estimativas independentes.

Nessa perspectiva, Gisela Cernadas e John Bellamy Foster (*Monthly Review*) mostraram que os gastos militares "reais" dos EUA atingiram U\$ 1,5 trilhão em 2022 e não U\$D 765,8 bilhões, isto é, foi mais do que o dobro do que o oficialmente reconhecido. Eles incluíram nos cálculos todos os custos relacionados à defesa (veteranos, juros da dívida militar histórica, etc.). Se considerarmos que o PIB dos EUA, em 2022, que foi de U\$ 25,46 trilhões, tal gasto representou cerca de 6% do PIB total. A maior parte desses gastos foi direcionada à compra de bens e serviços de empresas privadas, que formam o núcleo do complexo industrial-militar (Cernadas & Foster, 2023).

Enfim, os números oficiais de gastos, fornecidos pelo Departamento de Defesa dos EUA ou pelo SIPRI, subestimam significativamente os custos totais do complexo militar deste país. Para demonstrar isso, os autores utilizaram dados das Contas Nacionais (NIPA - *National Income and Product Accounts*), incluindo as despesas que não são classificadas como "defesa", mas que estão diretamente ligadas ao poderio militar e imperial ianque.

Com essa magnitude, os contratos de defesa nos EUA se espalham por diversas áreas da indústria, envolvendo o capital financeiro, e constitui a força motriz fundamental das grandes empresas de alta tecnologia e engenharia. Assim, há décadas, na economia norte-americana não é possível dissociar indústria bélica de indústria civil. A produção de equipamentos militares de ponta (aeronaves, navios, sistemas de mísseis, eletrônicos de defesa) exige uma vasta cadeia de suprimentos, englobando desde grandes corporações até milhares de pequenas e médias empresas.

Não por acaso, as cinco maiores empresas de defesa do mundo (*Lockheed Martin, RTX – ex-Raytheon, Boeing, Northrop Grumman e General Dynamics*) são todas dos EUA e dominam o mercado global no Ocidente e nos países aliados do Oriente, empregando milhões de pessoas, direta e indiretamente, ou cerca de 10% de todo o emprego no país (Cernadas & Foster, 2023).

Desse modo, nos EUA, não é factível pensar uma política estratégica de retomada do processo industrial interno, como propõe D. Trump, sem assegurar um lugar especial ao complexo industrial-militar. Este segmento é parte nuclear e indissociável da economia dos EUA, responsável pelo essencial da pesquisa / desenvolvimento (P&D) e inovação tecnológica (que depois são adaptadas para uso civil). A centralidade dos interesses do complexo industrial-militar está expressa, como é amplamente reconhecido, na própria política externa estadunidense.

Assim, os EUA continuam sendo os que mais gastam em defesa no mundo. Atualmente, a competição estratégica com a China e a guerra na Ucrânia são as justificativas oficiais para tamanha despesa.

ORÇAMENTO MILITAR DA CHINA

Quanto aos gastos militares da China, como potência em ascensão, não parecem possuir peso econômico excessivo em relação ao seu PIB. Segundo estimativas do SIPRI para 2024, o gasto militar da China foi de aproximadamente U\$D 314 bilhões. Antes, em 2023, o gasto militar chinês teria representado cerca de 1,7% do seu PIB. Já o informe oficial do governo chinês indica, para 2025, um orçamento de defesa de cerca de U\$D 246 bilhões (1,78 trilhão de yuans convertidos a taxa de 7,23 yuans por dólar), representando menos de 1,5% do PIB, e que se mantém por muitos anos. Isso, todavia, é um aumento de 7,2% em relação a

2024. Apesar de haver uma discrepância entre os dados do SIPRI e os informados oficialmente pela China (o SIPRI inclui, ao contrário do governo, as despesas com P&D militar, a aquisição de equipamentos do exterior e alguns gastos com a Força de Polícia Armada do Povo, cuja função central é a manutenção da segurança interna), os gastos militares e o peso da indústria da morte sobre a economia chinesa, medido como proporção do PIB, são muito inferiores àqueles observados nos EUA.

ESTRUTURA MILITAR IMPERIAL DOS EUA E DÍVIDA PÚBLICA

Assim, o problema maior para os EUA, talvez, seja que os efeitos benéficos dos investimentos em armas não possam mais compensar o peso parasitário dos gastos com o gigantismo de suas forças militares, que, a rigor, já não correspondem à importância econômica global que antes tinham este país. Os custos com salários, benefícios e pensões para o pessoal militar (ativo e reserva), em centenas de bases militares (estima-se entre 750 e 877), distribuídas por todo o planeta (entre 80 e 95 países), já são uma parcela considerável do orçamento de defesa (Trump vem fechando ou esvaziando algumas delas). Como justificar a manutenção de 273 bases, com dezenas de milhares de soldados, no Japão (140), Alemanha (119) e Itália (44)?

Não por acaso, a dívida pública dos EUA saltou na última década de aproximadamente U\$ 18,8 trilhões (2015) para U\$ 36 trilhões (projeção para 2025), com o agravante do enfraquecimento e a desvalorização do dólar como moeda internacional, obrigando o FED (Banco Central norte-americano) a pagar juros mais elevados pelos seus títulos, o que levanta dúvidas sobre a sustentabilidade fiscal do Estado ianque (Valor Econômico, 09.07.2025). As agências de classificação de risco já começam a reduzir o status dos EUA, atentas aos fatos mencionados, cuja gravidade pode ser vislumbrada na evolução do endividamento em relação ao PIB, que passou de 103.1%, em 2015, para uma projeção de 124.3%, em 2025, antes do pacote fiscal de Trump, que, mais uma vez, reduz a tributação dos mais ricos e corta gastos sociais. Este pacote deve aumentar os déficits federais, adicionando à sua dívida, aproximadamente, mais U\$D 3 trilhões de 2025 a 2034, mesmo considerando seus possíveis efeitos em termos de crescimento do PIB e empregos.

Nesse contexto, o que pode entrar em cheque é a capacidade do governo de responder ao agravamento da crise ou investir na modernização da infraestrutura produtiva do país, em boa parte já sucateada, o que aumentará a decadência econômica e social. Ainda que o keynesianismo militar aposte no gasto em armamentos como saída para as suas crises, o peso colossal dessa dívida pode abalar a confiança dos investidores internos e externos. Nessa hipótese, poderia ocorrer o enfraquecimento ou até o fim do "privilégio excessivo" e abusivo do dólar, como referência internacional para o comércio entre os países, por muitos considera a mais poderosa "arma" econômica e política dos EUA.

A "VERDADEIRA GUERRA" DOS EUA

Não por acaso, a política tarifária dos EUA, como parte de sua "dissuasão integrada" está articulada a prioridade dada ao complexo industrial-militar com a luta, sem regras ou limites, pela manutenção do dólar como moeda obrigatória das trocas internacionais. Esta, talvez, seja a última grande batalha a ser travada pela destruição ou preservação da hegemonia estadunidense. Não por acaso, para Trump esta é a "verdadeira guerra", como declarou durante a assinatura do "GENIUS Act" (18 de julho de 2025). Como disse ele, "se

perdermos [a hegemonia do dólar], seria como perder uma guerra mundial" (Times Brasil, 18.07.2025).

De fato, o privilégio do dólar confere aos Estados Unidos um poder econômico e geopolítico abusivo, pois permite ao país aplicar sanções financeiras, custear o gigantismo de seu aparato militar, além de financiar suas dívidas e déficits. Assim, toda iniciativa de desdolarização é vista como ameaça ao privilégio do dólar e ação nefasta à segurança nacional e à prosperidade dos EUA.

No contexto atual da dívida pública alarmante dos EUA, com os custos anuais dos juros se aproximando de US\$ 1 trilhão, assegurar a demanda global por sua moeda e seus títulos é vital. A escolha de Scott Bessent para Secretário do Tesouro, um antigo agente de George Soros, um dos maiores especuladores globais e *expert* em apostas macroeconômicas bilionárias contra moedas de outras nações, é um sinal claro de que além do fortalecimento interno da economia real, a 'dissuasão integrada' trumpista poderá incluir uma guerra financeira aberta. Neste caso, Bessent usará a máquina do Tesouro para executar táticas estatais especulativas, visando garantir a supremacia do dólar e financiar a dívida americana, ainda que isso comprometa a estabilidade global.

Nessa direção, pode ser entendida a primeira lei dos EUA que cria uma estrutura regulatória para criptomoedas. A *Genius Act*, na prática, busca garantir que moedas digitais (*as stablecoins*) sejam lastreadas em títulos do Tesouro americano, uma tentativa de criar uma demanda adicional por esses papéis. A meta é amarrar as finanças digitais ao dólar, garantindo que, mesmo em um novo paradigma tecnológico, os Estados Unidos permaneçam no centro do sistema. Na síntese de Trump, a *Genius Act* foi "um passo gigantesco para cimentar o domínio americano das finanças globais e da tecnologia cripto" (Sousa, 2025).

É no quadro da grande batalha pela hegemonia do dólar que devemos emoldurar a ofensiva de Trump contra os seus competidores geoeconômicos, seus parceiros comerciais e até contra seus aliados históricos. E claro, também a sua ofensiva contra o Brasil. Não principalmente por sua relação com o clã Bolsonaro, mas, sobretudo pelo papel do Brasil nos Brics e na América do Sul, suas iniciativas para criar mecanismos independentes para o pagamento das importações/exportações, baseados em suas próprias moedas nacionais. Evitar esses movimentos é o substrato real do apoio a Bolsonaro e da ingerência no Judiciário brasileiro, sem qualquer garantia de êxito.

ATAQUES AOS BRICS E AO BRASIL

Escapando ao dólar, 90% do comércio entre a China e a Rússia já ocorrem em rublo e yuan (em 2020 era pouco mais da metade), e a presidente do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) dos Brics (Dilma Rousseff) informou que, aproximadamente, 25% da carteira atual do NDB já está denominada em moedas locais, devendo atingir 30% até 2026 (Xinhua Português, 10.07.2025). Ou seja, o processo de desdolarização, levado a cabo por membros dos Brics, já deu passos importantes, mas pode ir muito além. Assim, as retaliações ao Brasil (tarifas exorbitantes de 50% sobre as exportações e cancelamento do visto de integrantes do STF e outras autoridades) funcionam, também, como pressões contra este avanço, advertindo aos demais países do Sul Global para que não se tornem "adversários do dólar", sob pena de retaliações econômicas e ingerência em suas soberanias. Todavia, ao que parece isto não funcionará, inclusive pela existência de espaços geopolíticos alternativos,

como os Brics, tanto para o comércio, quanto para o alinhamento político em resistência a desígnios imperiais.

Na Ásia, ao menos, ao impor sanções e dificultar o uso do dólar, os Estados Unidos paradoxalmente aceleraram a busca por alternativas. A China, por exemplo, avança com seu yuan digital (e-CNY) em regiões estratégicas como a ASEAN e o Oriente Médio. A integração desses mercados sob a égide de novos meios de pagamento estabelece, na prática, um robusto ecossistema financeiro com potencial para operar à margem do dólar e atrair novos parceiros ao longo do tempo.

No Brasil, as tarifas e o ataque ao Pix não são, portanto, meros atos protecionistas, são agressões inseridas na lógica da “verdadeira guerra”. Assim, faz todo sentido as ameaças ao Pix, que atingiu a marca de R\$ 2,5 trilhões mensais em transferências monetárias no primeiro semestre de 2025 e se tornou o meio de pagamento preferido da população brasileira, pelo seu caráter instantâneo, eficiente e praticamente sem custo, operando fora da dominância do dólar. Por isso, o Pix causa prejuízos as bandeiras de cartões de crédito estrangeiras, como VISA, Master Card e American Express (EUA).

Além disso, ele é visto como o embrião tecnológico para um futuro sistema de pagamento digital dos Brics (o Brics Pay), uma alternativa ao monopólio do lento e caro sistema Swift, controlado pelos EUA. Nesse caminho, um grupo de trabalho composto por especialistas dos Bancos Centrais dos países membros estudam meios para tornar o Pix operável em interface com outras redes de pagamento instantâneo existentes nos Brics, como “pix” indiano. Enfim, os membros desse bloco buscam construí-lo, e, enquanto isso não ocorre, realizam boa parte das trocas entre si em moedas nacionais.

DESDOLARIZAÇÃO?

Assim, o processo de desdolarização ocorre lentamente, país a país, sem uma sistema de pagamento coordenado coletiva e politicamente. De todo modo, a China, além de realizar quase todo o comércio com a Rússia em suas próprias moedas, também vem aumentando a proporção de seu comércio transfronteiriço em yuan. Nos primeiros oito meses de 2024, subiu para 26,5% do total, enquanto em 2022 era de e 18,2% (dados do Banco Popular da China).⁸ Em 2023, um acordo entre Brasil e China permitiu que as transações comerciais fossem feitas diretamente em yuan ou real, eliminando a necessidade do dólar como intermediário. Com a Argentina, em 2023, R\$ 4,2 bilhões das exportações do Brasil foram pagas pelo Sistema de Moedas Locais - SML. Por sua vez, a Índia tem acordos com vários países (como Rússia, Malásia e Tanzânia) para liquidar o comércio em rupias indianas. No continente europeu, o Euro é amplamente utilizado no comércio intra-EU, sendo responsável por 41,2% do total.

A crise do dólar, todavia, tem desfecho incerto. Por ora, a moeda ianque continua amplamente hegemônica no comércio e nas finanças globais. De fato, em termos do faturamento global das exportações (48%) e importações (52%), a participação do dólar é muito relevante, cerca de metade do total, mas decrescente. Contudo, quando se avalia as transações financeiras mundiais, dados do Banco de Compensações Internacionais (BIS) mostram que o dólar está envolvido (em um dos lados da operação) em quase 90% de todas as transações cambiais. Além disso, embora venha perdendo espaço para outras moedas

⁸ *The Economic Times* (11.07.2025).

(euro, yuan e franco suíço), o dólar americano ainda constitui 57,8% das reservas cambiais dos bancos centrais do planeta, conforme dados do FMI no fim de 2024 (Valor Econômico, 09.07.2025).

É a preservação dessa dominância que as ações dos EUA buscam preservar, inclusive atraindo para os títulos do Tesouro os valores que giram em torno das criptomoedas (*Act Gennius*). E sem dúvida, as múltiplas dimensões dos Brics podem, potencialmente, desafiar essa posição.

BRICS E O BLOCO ASIÁTICO: IMPONÊNCIA E CONTRADIÇÕES

Originalmente composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, os Brics incorporaram cinco outros membros, em janeiro de 2024: Egito, Etiópia, Irã e Emirados Árabes Unidos e Arábia Saudita (Brics-10). Os novos e expandidos Brics possuem PIB de aproximadamente US\$ 31,34 trilhões, representando cerca de 40% da economia global, medidos em paridade de poder de compra (Richter, 2024). A população dos Brics-10 é de aproximadamente 4 bilhões de pessoas, ou quase metade da população mundial. Com a adição do Irã e dos Emirados Árabes Unidos, o bloco aumentou sua produção combinada de petróleo em quase 50% e agora responde por quase 30% da produção global, sem computar a produção da titubeante Arábia Saudita. Já em termos das exportações mundiais, a presença do grupo é relativamente pequena. Em 2024, os nove membros formais (sem a Arábia Saudita) responderam por 22% das exportações globais, sendo a China responsável por quase dois terços das mercadorias exportadas.

Em 2024, as exportações brasileiras para os países do Brics somaram US\$ 121 bilhões, com destaque para produtos como soja, petróleo, minério de ferro, carne bovina, açúcares e celulose. Segundo dados do Banco Central, os investimentos diretos dos países do Brics no Brasil atingiram cerca de US\$ 51 bilhões, em 2024. As importações, por sua vez, totalizaram US\$ 88 bilhões, com predominância de combustíveis, fertilizantes e embarcações. Isso corresponde a cerca de 35% de toda a corrente de comércio brasileira. No primeiro semestre de 2025, o país já obteve um saldo comercial positivo de US\$ 10,4 bilhões (Copetti e Fraga, 2025). Enfim, o Brasil desfruta e se beneficia amplamente dessa parceria.

Com toda essa magnitude econômica, populacional e energética, os Brics seriam capazes de desafiar a hegemonia do dólar. Todavia, isso não está posto na atual conjuntura mundial. Até porque em seu interior residem enormes contradições, disparidades, além de visões distintas entre seus membros, que impedem o grupo tornar-se um bloco econômico e político coeso, afastando por exemplo a possibilidade de uma união monetária, com a criação de uma "moeda brics". Além disso, os EUA, buscam neutralizarem a adesão da Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos, inclusive Donald Trump anunciou acordos e investimentos mútuos (IA, armas, etc.) com esses países (Guilbert & AP, 2025). Por não ser uma aliança política, como de fato existe entre a China e a Rússia, os Brics não formam um bloco. "É um mecanismo de cooperação, como o G7 ou o G20", como explica o economista Paulo Nogueira Batista Jr. (2025).

Nisso, aliás, a nosso ver, reside a inteligência desta iniciativa. Do contrário, seria impossível reunir Índia e China (que possuem rivalidades territoriais, envolvendo os conflitos na Cachemira, com o Paquistão, um aliado chinês e rival dos hindus), atrair os maiores produtores de petróleo do Oriente Médio, base sobre a qual, na década de 1970, os EUA conseguiram reerguer a credibilidade da sua moeda, ao costurar o acordo que a ela vinculou o comércio internacional de energia, criando o "petrodólar". Apesar das contradições

internas, a flexibilidade dos Brics abre a possibilidade de uma unificação estratégica mais efetiva, ainda que a médio e longo prazos e com idas e vindas.

Desse modo, as ações dos EUA direcionadas a esse "mecanismo de cooperação" (Brics) é um ataque preventivo ao que consideram ser a sua "verdadeira guerra" (a defesa dos privilégios do dólar). A reação mais intensa de Trump veio após a cúpula do Brics, no Rio de Janeiro, reagindo a crítica às políticas tarifárias "indiscriminadas", "danosas" e "ilegais" aos EUA e a condenação dos ataques militares a infraestrutura nuclear do Irã, ao que o presidente ianque considerou um alinhamento "anti-americano" (Almeida, 2025).

Anteriormente, havia ameaçado com "tarifas de 100%" aos países que buscassem substituir ou se afastar do dólar americano e "exigiu" compromisso formal dos Brics em não criar nem apoiar outra moeda para substituir o "poderoso dólar americano". Sem isso, os países deveriam "se despedir de vender para a maravilhosa economia americana".

Em suma, é muito mais em razão das ameaças que representam os processos em andamento nos BRICS no curso da crise geopolítica global, que se inserem os ataques de Trump ao Brasil. Assim, devemos relativizar as justificativas políticas dadas pelo presidente dos EUA ao atacar a soberania brasileira. Ou seja, é mais provável que muito além da defesa de Bolsonaro, Trump está mirando os interesses do dólar ante as ameaças potenciais dos Brics, onde o Brasil se destaca como articulador político a partir da América Latina.

No ritmo dessas contradições avança a crise da hegemonia dos EUA. As atuais tentativas de reversão de sua decadência, publicamente, admitida pelo presidente Donald Trump, parecem serem tentados por dois movimentos principais, que se articulam muito confusamente com algumas iniciativas deste governante.

Um desses movimentos, a nosso ver, passa por colocar o processo de produção do complexo industrial-militar em um patamar ainda mais elevado, o que explica as pressões da OTAN por aumento dos gastos militares entre seus membros, em linha com a crise geoeconômica e sua estratégia de 'dissuasão integrada'.

Nessa perspectiva deve ser lida a nova estratégia dos EUA para o suprimento de armas à Ucrânia. Por ela, as armas americanas em bilhões de dólares (mísseis, sistemas de defesa aérea e munições) serão vendidas aos países europeus, por meio de um acordo no âmbito da OTAN. Os europeus serão responsáveis por transferir essas armas para a Ucrânia. Em seguida, esses países reabastecerão seus próprios estoques por meio de novas compras de fabricantes americanos. Essa estratégia implica a transferência do ônus financeiro da guerra para a Europa, ficando as indústrias estadunidenses com os lucros e, claro, com essa demanda alavancando sua economia. E não se pode acusar Donald Trump de dissimulação, afinal foi explícito: "Na verdade, vamos enviar vários equipamentos militares muito sofisticados e eles [os europeus] vão pagar-nos 100%" (Expresso – Agência Lusa, 14.07.2025).

Para a guerra em si, essa estratégia pode acelerar a entrega de armas à Ucrânia já que os aliados europeus as podem transferir imediatamente de seus estoques. Para a Rússia, sinaliza a continuidade do conflito por um tempo indeterminado, visto que confirma o comprometimento dos países ocidentais, presentes na OTAN, com a guerra, além de desvelar o real sentido da mudança de postura da diplomacia dos EUA sob Donald Trump.

Nesse tema, os objetivos de Trump parecem evidentes, após assegurar o controle futuro dos recursos minerais e energéticos ucranianos ("Acordo de Minérios"): favorecer sua indústria bélica e transferir aos euroespartos(?) a conta da guerra. Por esse caminho, depois de levar a Europa a jogar combustível na fogueira, agora, os EUA convenceram aos dirigentes deste continente a seguirem no caminho da conflagração, sem fim, por sua própria conta, risco e prejuízo para o lucro incalculável de seu complexo industrial-militar.

O segundo movimento que tenta reverter a decadência econômica dos EUA relaciona-se com a guerra tarifária em curso, cujo sentido é a busca, ainda que com idas e vindas, motivadas pelas pressões internas e externas, por equacionar os déficits no balanço de pagamentos do EUA, que passa por estimular a retomada do setor industrial voltado ao uso civil, e pela nacionalização da cadeia de suprimentos industriais (civil e militar), hoje, extremamente dependente do exterior, sobretudo, da China. Enfim, busca melhorar os resultados nas contas nacionais, em especial, de sua balança comercial (importações x exportações). Este movimento, por sua vez, está intimamente conectado com a "verdadeira guerra", ou seja, a preservação do abusivo privilégio do dólar como moeda obrigatória para o comércio mundial e a solvabilidade da gigantesca dívida pública.

Enfim, os dois movimentos principais que tentam reverter a decadência dos EUA apresentam diversas variáveis e estão intimamente conectados. Se, por um lado, há declarações disparatadas ou contradições nas falas do presidente Trump (que também pode ser um tática diversionista), por outro existe uma lógica estratégica no seu projeto, que é claramente recuperar a hegemonia econômica dos EUA e assegurar a supremacia geopolítica abalada pela aliança "sem limites" entre a China e a Rússia e pelas articulações multilaterais, como os Brics, a Organização para a Cooperação de Xangai e a Associação das Nações do Sudeste Asiático.

OS GASTOS MILITARES EUROPEUS, A UCRÂNIA E AS PRESSÕES DOS EUA (OTAN)

Partido do enquadramento analítico até aqui exposto, a análise focará a guinada europeia em direção ao rearmamento do continente, recortando nosso objeto para as ações que visam alavancar o processo de produção do complexo industrial-militar, como movimento essencial para a superação da crise mundial a partir dos interesses estadunidenses, mas, agora no próprio continente europeu.

Como se sabe, a pressão dos EUA por aumentos dos gastos militares pelos membros da OTAN não é nova. Até porque, desde o fim da Guerra Fria e durante as guerras da "Era Bush" (2001-2009)⁹, a Europa vinha reduzido seus orçamentos de defesa. E com o impulso dado pela crise mundial de 2008 passou a reduzir ainda mais. Enfrentando déficits orçamentários crescentes, muitos países europeus implementaram cortes substanciais nos gastos militares a partir de 2010, chegando a cortes de mais de 20%. Nesse momento ampliaram-se as pressões dos EUA, que acusavam aos aliados europeus de serem aproveitadores (*free-riders*), de não estarem contribuindo de forma justa para a segurança coletiva. Em 2011, o Secretário de Defesa, Robert Gates, chegou a alertar que os EUA poderiam perder o interesse em apoiar a Aliança e que futuros líderes americanos poderiam "considerar que o retorno do investimento na OTAN não compensa" (UOL, 10.06.2011).

Os resultados dessa pressão viriam a dar frutos com a crise política na Ucrânia e a anexação da Criméia pela Rússia. O argumento que faltava aos interesses do complexo industrial-militar estava dado, a ameaça russa. Em 2014, os membros da OTAN aceitaram o compromisso de investir 2% de seu Produto Interno Bruto (PIB) em defesa até 2024. Na época, apenas três países europeus cumpriam essa meta.¹⁰

⁹ Período marcada pelo 11 de setembro de 2001 e a chamada "guerra ao terror", a invasão do Iraque, do Afeganistão e da Líbia.

¹⁰ Aumentos dos orçamentos de defesa na Europa, conforme o SIPRI:

A não resolução diplomática do conflito na Ucrânia, de certa forma, atende às necessidades do complexo industrial-militar, que de algum modo foram responsáveis pelo fim das negociações de paz, coordenadas pela Turquia, ainda, em 2022. De qualquer sorte, a guerra na Ucrânia foi um divisor de águas para a Europa, que fez uma radical mudança em sua política e orçamento de defesa.

O REARMAMENTO EUROPEU E SEUS CONDUTORES

De fato, entre 2022 e 2023, os gastos militares na Europa aumentaram significativamente. Em 2024, esses gastos combinados atingiram US\$ 693 bilhões (SIPRI). Recentemente, a pressão da OTAN evoluiu para uma meta ainda mais ambiciosa de gastos para os seus membros. Em junho de 2025, os países desta aliança concordaram em aumentar, cada um, seus gastos militares para 5% do PIB até 2035. Observa-se, pelo lado europeu, a aceitação da narrativa ianque que justifica tais gastos como necessários para um cenário de instabilidade e competição geopolítica, à exceção da Espanha, que considera o novo percentual "contraproducente".¹¹

A crise mundial da hegemonia estadunidense e a própria crise do capital europeu estão moldando uma nova era de investimentos em defesa, agora também na Europa. A nossa hipótese explicativa para a Europa aceitar a meta de 5% do PIB em gastos com defesa, é que fazem uma aposta de saírem da sua própria crise econômica pela via do keynesianismo militar, ao modo ianque.

Para os EUA, a narrativa justificadora dessa meta é garantir que todos os membros da aliança contribuam de forma justa para a defesa coletiva, reduzindo a sua sobrecarga. E que uma OTAN forte e bem financiada é essencial para a segurança de todos os seus membros. Entretanto, se a nossa hipótese estiver certa, o que realmente está ocorrendo no continente europeu é o abandono, numa escala e profundidade ainda não experimentada, do estado de bem-estar social em prol de investimentos no complexo bélico-industrial. O foco agora será suprir as carências europeias, que os EUA (OTAN) também consideram prioritários, como acelerar a entrega de armas, porque "o prazo médio de entrega de equipamento de defesa fabricado na Alemanha, Reino Unido e Polônia pode atingir quatro anos; e "desenvolver algumas tecnologias militares de ponta", cujos prazos de investimento "se estendem por décadas e não apenas por alguns anos" (EPRS - *European Parliamentary Research Service*, 2024; *Euro News*, 26.06.2025).

Ou seja, uma adesão ao keynesianismo militar, que, em última análise, busca revigorar a debilitada economia do continente e sua defasagem tecnológica por via de investimentos massivos em suas corporações do setor de defesa.

- Alemanha (2024): agora é o maior gastador na Europa Central e Ocidental e o quarto maior do mundo, com US\$ 88,5 bilhões.

- Reino Unido: Aumentou seus gastos militares em 2,8% em 2024, alcançando US\$ 81,8 bilhões, o sexto maior mundial.

- França: subiu 6,1%, chegando a US\$ 64,7 bilhões, o nono maior gasto global.

- Polônia: cresceu 31% para US\$ 38,0 bilhões, em 2024 (4,2% do seu PIB).

- Suécia: Em seu primeiro ano (em 2024) como membro da OTAN, aumentou seu gasto militar em 34% (2% do PIB).

¹¹ O governo espanhol, inclusive, negociou uma cláusula alternativa, focando em "capacidades militares entregues" em vez de valores absolutos de PIB. A Bélgica também é citada como um país resistente (Cotovio/CNN, 2025).

A questão a saber é se no atual nível de dependência e subordinação europeia em termos tecnológicos aos EUA, inclusive no setor bélico, está estratégia conseguirá recuperar a competitividade da economia na zona do euro. Não seria essa mais uma cilada ianque?

A INDÚSTRIA BÉLICA EUROPEIA, ATOR PRINCIPAL OU COADJUVANTE?

É fato que até este momento, a UE tem uma dependência significativa de equipamentos militares dos EUA. Relatórios recentes indicam que entre 2022 e 2023, cerca de 63% de todos os contratos de defesa da UE foram concedidos a empresas americanas, e outros 15% foram para fornecedores de fora da Europa, ou 78% do total dos contratos. Em áreas de alta tecnologia, como aeronaves de combate, a Europa está profundamente dependente (CE - Comissão Europeia, 2024). Exemplo são os caças F-35 americanos, que são comprados por vários países do continente.

Algumas razões explicam a ausência de autonomia europeia, como a insuficiência em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em defesa e a enorme fragmentação da produção por países, quando comparado aos EUA. Em 2022, a UE investiu apenas 4,5% do seu gasto total com defesa em P&D, enquanto os EUA destinaram cerca de 16% do seu orçamento total a este item. Isto resulta em maiores custos e uma limitada capacidade em rapidamente produzir grandes volumes de munições e equipamentos, como evidenciado na guerra da Ucrânia.

Assim, é mais provável que, ao longo da próxima década, dificilmente, a indústria de defesa europeia conseguirá absorver e produzir armas na escala e na velocidade que a meta de 5% do PIB impõe. Ainda que contrate internamente boa parte dos 78% do que atualmente importam, seguramente, os seus atuais fornecedores ianques serão os mais beneficiados pela adoção europeia do keynesianismo militar.

Mesmo superando alguns dos seus problemas históricos, a indústria de defesa europeia ainda necessitará das grandes empresas de armamentos dos EUA, importando suas tecnologias bélicas e armas de ponta ou, numa hipótese mais favorável, realizar uma associação dependente com as corporações do complexo industrial-militar estadunidense para produzir as armas desejadas em solo europeu. Em qualquer dessas possibilidades, contribuirão para os objetivos traçados pelos Falcões da América, ficando os europeus enredados numa perigosa corrida armamentista em seu próprio continente.

Para os dirigentes europeus, contudo, esta é uma aposta para autonomizar sua produção industrial de defesa, cujo planejamento veio a público em março de 2024. Esse plano, inclui metas para, até 2030, adquirir 50% dos equipamentos de defesa dentro da UE, e 60% até 2035. Propõe um fundo de armamentos de 150 bilhões de euros (podendo chegar a 800 bilhões de euros) e foi projetado para incentivar compras conjuntas e impulsionar a produção interna. Há também propostas para que até 80% do gasto militar dos Estados-membros sejam feitas de forma conjunta até 2030. Para tanto, flexibilizarão suas regras fiscais, permitindo que os países-membros aumentem seus endividamentos públicos, inflando seus gastos militares.

Esse planejamento, portanto, aponta para um maior protagonismo das indústrias militares da EU na próxima década, mas, seguramente elas continuaram a depender da tecnologia e dos produtos das corporações bélicas dos EUA, porque estas detêm a liderança tecnológica dos sistemas de armas, algo que a Europa demoraria muito a desenvolver de forma autônoma. Além disso, investimentos no setor bélico demandam tempo para alcançar a escala e o volume de produção desejável, e as novas armas precisam ser interoperáveis com

os equipamentos e sistemas dos EUA. Assim, o caminho para a autonomia seria longo e difícil, porque não interessa às corporações norte-americanas, que só teriam a perder.

A Europa pode ter abraçado o keynesianismo militar para reabilitar a economia e corrigir a defasagem tecnológica por via de gastos massivos no setor de defesa, mas pode colher não a recuperação econômica, mas sim uma radical desmontagem do seu estado de bem-estar social. Adicionalmente pode se esperar o crescimento da dívida e a aceleração da inflação, como ocorrido na transição da era Carter para a era Reagan, mas sem contarem com o privilégio do dólar. Mas porque a Europa abraça esta estratégia?

Várias razões levam o continente a rearmar-se, entre as quais se incluem, como visto, a guerra na Ucrânia, as constantes pressões dos EUA pelo aumento dos gastos militares, o “perigo russo”, mas também a crise do seu capital e a existência de um amplo setor econômico produtor de armas, que, no contexto atual, amplia sua influência política através de poderosos *lobbys*. Destacam-se, nesse setor na Europa, em termos de receita, o conjunto das **empresas bélicas de capital alemão** e aquelas em que este capital está presente sob a forma de consócio com outros países deste continente.

Entre as maiores de capital 100% alemão estão: a Rheinmetall, o maior conglomerado de defesa. Sua valorização foi cerca de 183% nos seis meses que se seguiram ao Plano de rearmamento da Europa, processo observado em todo o setor bélico (Peralta, 2025).

Ela produz veículos blindados (como o tanque Leopard 2, em cooperação com a KMW), sistemas de artilharia, munições, sistemas de armas e equipamentos para infantaria; a ThyssenKrupp conhecida por sua divisão Marine Systems (TKMS), que fabrica submarinos (incluindo os U-Boots alemães, amplamente exportados) e navios de guerra, além de outras tecnologias de engenharia; a Krauss-Maffei Wegmann (KMW) (empresa privada alemã) especializada em veículos blindados, coproduz o tanque Leopard 2 e o obus autopropulsado PzH 2000.

Em consócio com outros capitais europeus, os alemães participam em grandes corporações, como:

- a) A Airbus - Defesa e Espaço, com a França, Alemanha e Espanha. Nela a Alemanha é um dos principais acionistas e tem uma participação significativa no controle e nas operações da empresa. A estrutura acionária é complexa, mas o capital alemão tem uma influência substancial. A Airbus produz aviões de transporte militar (A400M), aeronaves de reabastecimento em voo, satélites, mísseis e sistemas de segurança;
- b) MBDA, com a França, Itália, Reino Unido e Alemanha, empresa líder global em sistemas de mísseis. Nessa empresa, o capital alemão está presente indiretamente através da Airbus, que detém uma fatia significativa da MBDA;

Por fim, o capital alemão está presente, mas sem participação relevante, na BAE Systems (Reino Unido), considerada a maior empresa bélica da Europa e que produz sistemas de combate aéreo para o Eurofighter Typhoon, navios de guerra, submarinos, veículos blindados e sistemas eletrônicos avançados.

Outras grandes empresas bélicas europeias, dentre muitas outras, igualmente, interessadas na elevação dos gastos militares para 5% do PIB até 2035, são:

- a) Thales (França): importante em sistemas eletrônicos de defesa (radares, comunicação, sonares), serviços e sistemas aeroespaciais e segurança cibernética; (Sua valorização foi de 75% em seis meses após o anúncio do plano de rearmamento europeu).

- b) Leonardo (Itália) projeta e fabrica helicópteros, aeronaves (está no consórcio do Eurofighter Typhoon), sistemas eletrônicos e de defesa e soluções de segurança cibernética e aeroespacial;
- c) Safran (França) produz motores de aeronaves (para aviões civis e militares) e equipamentos aeroespaciais, incluindo sistemas de propulsão para mísseis e drones.

É possível que os interesses vinculados a esse amplo setor bélico passaram a ter um maior protagonismo na direção política da União Europeia e em vários países do continente. Nessa perspectiva, o “ponto” para os atuais governantes é a aposta na “indústria da morte” como saída para a crise do capital europeu, como sugere o contexto alemão e da euro zona.

A ECONOMIA E A CRISES ALEMÃ E DA ZONA DO EURO

Enquanto a crise da hegemonia dos EUA avança em ritmo crescente ante a incapacidade de sua base material fazer frente à concorrência econômica internacional, leia-se chinesa – observa-se a indústria encolhida e o país vergado sob o peso da estrutura militar imperial, uma situação espelhada na assimetria da dívida pública como proporção do PIB –, a crise da Alemanha e da União Europeia (EU) tem suas próprias contradições e causas.


Motor insubstituível da União Europeia, a Alemanha tem 85 milhões dos 500 milhões de habitantes deste bloco, e sua economia é cerca de 20% superior à segunda maior economia da EU (França). Por isso mesmo, o que afeta aos germânicos terá impactos significativos em todos os comunitários e em seus vizinhos.

A Alemanha que chegou a ser o maior exportador de manufaturados do mundo viu o chamado “milagre econômico alemão” (período após a reconstrução até o choque do petróleo, na década de 1970) se desfazer sem uma reação eficaz, que evitasse as consequências hoje sentidas. Na sua trajetória recente, após assimilar o custo da reunificação, entre em 2005 e 2018, o país viveu um período de crescimento, conhecido como “milagre alemão moderno”. Para isto contribuiu as reformas que reduziram o custo do trabalho (do Chanceler Gerhard Schröder, em 2003), o gás barato da Rússia e a forte demanda de bens industriais alemães da China e da Índia.

No período recente, todavia, observa-se uma séria regressão do PIB alemão, de 2,9%, em 2021, para -0,2%, em 2024. Na zona do euro, a queda foi também impactante, descendo de 6,3% para 0,9% no mesmo período, conforme a tabela a abaixo.

Taxas de Crescimento do PIB: Alemanha e Zona do Euro

Ano	Alemanha (% de Crescimento do PIB Anual)	Zona do Euro (% de Crescimento do PIB Anual)
2021	+2.9%	+6.3%
2022	+1.8%	+3.6%
2023	-0.3% (contração)	+0.4%
2024	-0.2% (contração)	+0.9%
2025 (Projeção)	+0.3%	+1.3% / +0.9% (diferentes projeções)

 Exportar para as Planilhas

Fontes:

- **Alemanha:** Destatis (Escritório Federal de Estatísticas da Alemanha), Wikipedia (baseado em IMF Staff Estimates).
- **Zona do Euro:** Eurostat, Focus Economics, Comissão Europeia, EY, FMI.

Mas, como uma das nações economicamente mais avançadas do mundo pôde tropeçar tão drasticamente?

OS PORQUÊS DA CRISE

A resposta a essa questão passa por alguns aspectos centrais. A transformação da China de grande parceira comercial, antes compradora, para a condição de concorrente, o fim da energia de baixo custo, com as decisões políticas de fechar as usinas nucleares e de excluir o gás russo, que forneciam combustível barato à sua base econômica, afetaram o modelo industrial da Alemanha, comprimindo a taxa de lucro do seu capital. Acontecimentos adicionais como o *Brexit* (saída do Reino Unido da União Europeia), e mais recentemente as tarifas de Donald Trump, contribuem para agravar o problema. E, com o mergulho na crise da principal economia da zona do euro, todos os países do continente são afetados. A revolução tecnológica digital, que alterou a base técnica de reprodução do capital em todo o planeta, pode ter sido fundamental, ao lado dos fatores já citados, para a gravidade da crise econômica alemã.

Nesse sentido, Wolfgang Münchau, diretor da EuroIntelligence e autor do livro *Kaput: The End of the German Miracle* ("Kaput: o Fim do Milagre Econômico Alemão", em tradução livre), informa à BBC:

A Alemanha de hoje tem uma das piores redes de telefonia celular da Europa. O fax ainda reina no Exército e nos consultórios médicos. [...] Isso também pode ser observado na telefonia, que é muito fraca em muitos lugares, e na implantação de fibra óptica, que também está muito atrasada. E há muitas lojas que ainda só aceitam dinheiro em espécie. [...] Para dar um exemplo de como o país ficou para trás, no início os dirigentes da indústria automotiva alemã, em sua maioria homens, consideravam os carros elétricos brinquedos para meninas. [...] Existe uma atitude antitecnologia que prevalece na sociedade. Isso se aplica ao dinheiro eletrônico ou até mesmo aos cartões de crédito (Orgaz, 2024).

Na década de 2010 (sob Angela Merkel), conforme Münchau, a Alemanha teria aumentado sua dependência do gás russo, investido menos em fibra óptica e infraestrutura digital, aumentado sua dependência das exportações, negligenciado em inovação e

planejamento econômico de longo prazo.¹² Para este especialista em economia alemã, talvez, o maior choque de todos tenha vindo da tecnologia. Evidência disso seria o fato da Alemanha praticamente não ter nenhuma representação em inteligência artificial e entre as gigantes da tecnologia do mundo não há nenhuma europeia. Quase todas são dos Estados Unidos e da China. Enfim, a Alemanha não seguiu o passo das economias ocidentais modernas (ou orientais) em direção aos serviços e às tecnologias digitais, manteve-se presa na manufatura, mas, sem revolucioná-la.

As evidências sobre a crise alemã, e, em alguma medida, também europeia, indicam, portanto para dois aspectos fundamentais. Primeiro, não logrou adaptar sua indústria mecânica ao modelo digital, nem diversificou seus ramos industriais, ficando muito dependente de algumas indústrias, em especial, da indústria automotiva. Sem a transição digital, as grandes empresas do setor químico, de engenharia mecânica e automotivo estão perdendo mercado, e, com elas, as redes empresariais de fornecedores. Exemplo disso é a Volkswagen, que, pela primeira vez em quase 90 anos de história, ameaça fechar fábricas no país (Raymunt, 2025).¹³

O setor automotivo também não conseguiu inovar, deixando a vanguarda dos veículos elétricos com os chineses e a Tesla (Elon Musk).

O segundo aspecto fundamental da crise, seguramente, é o fator energia, umbilicalmente, articulado a transformação geopolítica mundial. A derrubada do governo ucraniano pro-Rússia (Maidan), a anexação da Criméia, ambas em 2014, são as pontas dos conflitos que levarão a Guerra na Ucrânia (2022-), após embates envolvendo o novo regime com a população russofona (2014-2021). O envolvimento da UE e da OTAN na guerra com a Rússia levou ao fim do fornecimento do gás eslavo à indústria germânica, processo completado por uma operação de sabotagem ao gasoduto *Nort Stream II*, levadas a cabo por forças do governo norte-americanas (sob John Biden). A perda do gás russo somado à decisão anterior de interromper a produção de energia nuclear, ainda que o país não tenha vivido qualquer ameaça séria de acidente, amputaram a indústria e a economia alemãs dessas fontes baratas de energia, enquanto outros países concorrentes se beneficiam do menor custo dessa força motriz.

Assim, os custos de produção na Alemanha em alta, e na maior parte da EU, completaram o quadro de crise. Desta vez, a natureza da crise se apresenta, qualitativamente, mais grave. Isso porque agora se soma aos problemas de competitividade (custos, inclusive energia) à defasagem do parque tecnológico em relação à outros competidores mundiais. A queda da taxa de lucros é a consequência imediata. É nesse contexto que o atual "governo alemão planeja aumentar os gastos com defesa e infraestrutura em um trilhão de euros (U\$1,14 tri). E o Deutsche Bank está tomando medidas para aumentar significativamente a sua exposição no setor de defesa" (Sazonov & Melin,

¹² Münchau, sobre Angela Merkel, diz: "Ela brilhou como líder diplomática europeia em todas essas áreas. Ela tinha um relacionamento muito próximo com Obama nos Estados Unidos. Trabalhou com Putin. Foram tomadas muitas decisões que, em retrospectiva, são consideradas como equivocadas. Merkel estava por trás de um amplo acordo de cooperação em termos de investimentos com a China. E ampliou as importações do gás russo. Tinha uma presença bastante global, mas não era alguém que pensasse estrategicamente sobre a força econômica e a geopolítica. Ela tinha outras prioridades" (Orgaz, 2024).

¹³ "Em ano difícil, Volks cogitou fechar fábricas na Alemanha. 2025 pode ser ainda pior". As entregas correm o risco de cair novamente "porque a VW não tem um novo carro elétrico previsto para 2025, e os principais produtos foram adiados devido a atrasos no desenvolvimento de software" (Raymunt, 2025).

2025). A favor da Alemanha está a sua dívida pública (em 63% do PIB) relativamente pequena, um dos menores níveis entre as grandes economias globais e bem abaixo do endividamento de franceses, ingleses e norte-americanos (Guandalini, 2025).

Com a crise econômica, as crises social e política ganham outra dimensão, então, os imigrantes tornam-se aos olhos da sociedade o grande problema, e os eleitores passam a buscar alternativas noutros espectros ideológicos. Abre-se oportunidades para a direita e a extrema-direita, que crescem eleitoralmente. Nesse processo caiu o governo de coalizão liderado pelo socialdemocrata Olaf Scholz (fevereiro de 2025) e subiu Friedrich Merz, líder da União Democrata Cristã (CDU), que assume propondo cortar gastos sociais e da cooperação internacional, mas fortalecer a indústria bélica alemã e europeia, radicalizando proposições que vinham desde o chanceler anterior, apoiando-se inclusive nas incertezas sobre o apoio dos EUA à OTAN, propagadas pela cilada de Donald Trump.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E GASTOS MILITARES EUROPEUS

Ainda que os governantes não admitam, o aumento trilionário dos gastos militares europeus pressionará as finanças públicas e deve gerar realocação orçamentária de áreas socialmente essenciais, como saúde, educação e meio ambiente, para o setor de defesa. Especificamente sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento, a nova corrida armamentista na Europa já apresenta impactos multifacetados e, infelizmente, negativos. De modo concreto, a nova meta de gastos militares compete diretamente com os recursos que poderiam ser destinados a programas de desenvolvimento e ajuda humanitária em “vários países, incluindo Alemanha, Reino Unido, Suécia e França”, além da Suíça, países que recentemente cortaram seus orçamentos para essas áreas (Allen, 2025).

Análises da política de cooperação europeia apontam para cortes no curto e médio prazos persistentes e significativos, tanto para a ajuda destinada aos países em desenvolvimento quanto para a ajuda humanitária em regiões críticas do planeta. Os recursos que poderiam financiar projetos de saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e combate à pobreza, estão sendo politicamente redirecionados para novas prioridades, ficando o desenvolvimento relegado a um segundo plano. Espera-se menos investimentos em soluções de longo prazo para problemas como as mudanças climáticas, migração forçada, crises humanitárias, pandemias e desigualdades sociais. Além disso, ao contrário da destinação de recursos para a indústria da guerra, esses investimentos estão intrinsecamente ligados à estabilidade global e a redução do fluxo de imigrantes, um problema central à Europa.

Por esse caminho, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento das Nações Unidas e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que orientam e nutrem a política de cooperação para o desenvolvimento, estão perdendo espaço. O direcionamento de recursos orçamentários crescentes para a defesa, portanto, tornam mais escassas as dotações destinadas aos ODS. Não por acaso, o Secretário-Geral da ONU António Guterres têm reiterado que os recursos para a Agenda 2030 existem, mas não são priorizados politicamente em comparação com os gastos militares (ONU - Nações Unidas Brasil, 2025). Assim, muitos projetos de desenvolvimento, como acesso à água potável, vacinação, construção de escolas e infraestrutura básica, podem sofrer cortes ou paralisações devido à diminuição do financiamento, perpetuando ciclos de pobreza evitáveis.

Nesse sentido, a contradição entre, de um lado, os ODS, além da política de cooperação, e, de outro, as novas prioridades dadas à indústria militar são evidentes. Mesmo

a Agenda 2030 da ONU, que mira a redução das desigualdades sociais e ambientais em todo planeta, está subalternizada às políticas que oferecem às nações e aos seus povos um ambiente de rearmamento, guerras regionais e crescente tensão militar, que trazem de volta o temor de um conflito mundial de largas proporções.

O OUTRO LADO: MAIS ARMAS, MENOS DIREITOS

Neste momento, a narrativa política dominante propugna que o desenvolvimento é secundário aos interesses de segurança. Influenciado pelos lobbys armamentistas, alguns argumentam que uma Europa mais segura e estável, com maior capacidade de defesa, poderia, em teoria, contribuir para a paz e segurança globais no longo prazo, o que, por sua vez, é um pré-requisito para o desenvolvimento nos países não industrializados (Pladson, 2022; Braun e Coi, 2025). Por aí consideram os defensores do rearmamento, que cortes sociais e humanitários são necessários à Europa na conjuntura geopolítica atual. Ao dilema armas ou direitos/bem estar (defesa ou desenvolvimento), a maioria dos países europeus já deu uma resposta. Suas consequências de curto, médio e longo prazos para a capacidade dos grupos sociais mais vulneráveis do mundo vencerem seus desafios de um futuro mais digno é o que assistiremos, sobretudo, no Sul Global.

Exemplos significativos de como essa conjuntura reverbera entre os países europeus são a Alemanha e a Suíça. Seus respectivos governos implementaram cortes substanciais em seus orçamentos de cooperação para o desenvolvimento, como resultado de pressões econômicas, crescente priorização de gastos com defesa e a realocação de fundos para assistência a países como a Ucrânia.

EFEITOS DO REARMAMENTO SOBRE A COOPERAÇÃO ALEMÃO E SUÍÇA

O CONTEXTO SUÍÇO

A Cooperação para o Desenvolvimento da Suíça, tradicionalmente uma grande doadora de ajuda ao desenvolvimento, tem sofrido com decisões legislativas que resultaram em reduções de centenas de milhões de francos. No final de 2024, o Parlamento suíço decidiu cortar CHF 110 milhões (francos suíços) do orçamento de 2025, enquanto se prevê uma economia de CHF 321 milhões com o congelamento de parte do orçamento para os anos de 2026-2028 (Langrand, 2025).

Essas decisões afetarão os projetos previstos na Estratégia de Cooperação Internacional 2025–2028, impactando a cooperação bilateral, econômica e temática, bem como o apoio a organizações multilaterais e da sociedade civil.

Iniciativas de organizações como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a ONU Mulheres e o UNICEF serão particularmente afetados. As contribuições centrais para organizações não governamentais (ONGs) suíças também serão reduzidas em CHF 7,5 milhões. Mas não só isso.

Programas bilaterais estão sendo encerrados pela Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC). Assim, seus programas bilaterais de desenvolvimento em países como Albânia, Bangladesh, Azerbaijão e Zâmbia serão encerrados gradualmente até o final de 2028. Além disso, as atividades de cooperação socioambiental e econômica na América Latina serão reduzidas. Neste continente, a Colômbia deve ser o país mais afetado pela redução do apoio suíço.

Todavia, segundo a SDC, os cortes não afetarão a ajuda humanitária, a promoção da paz ou o apoio à Ucrânia. Este país não será afetado pelos cortes. Ao contrário, a Suíça tem alocado fundos adicionais para a reconstrução da Ucrânia (CHF 1,5 bilhão). O mesmo está sendo dito para o financiamento internacional do combate às mudanças climáticas (CHF 1,6 bilhão). Porém, a ajuda à Ucrânia está ocorrendo às custas dos países mais pobres, conforme crítica da OCDE aos suíços (Allen, 2025).

Além da transferência de fundos dos países pobres para a Ucrânia (Estado conhecido pelo elevado grau de corrupção), o parlamento aumentou os gastos militares, transferindo recursos oriundos do orçamento da Cooperação para o Desenvolvimento, dentre outras rubricas. Assim o Exército receberá CHF 4 bilhões a mais entre 2025 e 2028 (Keystone-DAS, 2024). A proverbial neutralidade suíça, se não foi “pras cucuias”, ao menos, não mais se vê nas decisões parlamentares.

IMPACTOS NA HEKS EPER

Os cortes do governo suíço na cooperação para o desenvolvimento têm um impacto direto e significativo em organizações como a HEKS/EPER (Swiss Interchurch Aid).

Esta agência de ajuda da Igreja Protestante Suíça, atua em mais de 30 países em quatro continentes, combatendo a pobreza e a injustiça, e fornecendo ajuda humanitária a vítimas de desastres e conflitos.

As contribuições diretas do governo suíço para organizações não governamentais (ONGs) foram cortadas em 7,5%. Isso significa que a HEKS/EPER receberá menos fundos do governo para suas operações. Embora a HEKS/EPER receba financiamento de diversas fontes, os cortes (incluindo os da Agência dos EUA para o Desenvolvimento Internacional - USAID, que também impactaram a organização) levaram ao fechamento de projetos humanitários em países como Ucrânia, Etiópia e República Democrática do Congo (RDC). Consequentemente, a organização anunciou que teria que demitir mais de 100 funcionários e que mais de 800.000 beneficiários seriam afetados.

Desde o anúncio dos cortes orçamentários, as organizações de ajuda humanitária e de cooperação para o desenvolvimento na Suíça têm vivido em um clima de incerteza, com a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC) informando sobre cortes esperados entre 8% e 20% no orçamento para 2025. A HEKS/EPER, como parceira na implementação da Estratégia de Cooperação Internacional da Suíça 2025-2028, terá que se adaptar a um cenário de recursos reduzidos, o que pode comprometer a escala e o alcance de suas iniciativas, bem como das organizações por ela apoiadas.

Apesar dos cortes, a HEKS/EPER continua a buscar financiamento de outras fontes e a trabalhar com parceiros locais, mas a redução do apoio governamental suíço e de outras agências representa um desafio significativo para a continuidade e expansão de suas atividades.

CORTES DO GOVERNO ALEMÃO

A Alemanha, talvez o principal pilar da ajuda ao desenvolvimento global, também passa por cortes orçamentários que levaram a reduções em sua colaboração com o Sul global. Com o mais robusto orçamento nesse setor em toda a Europa, a Alemanha manteve sua contribuição sem cortes até 2022. Desde 2023, o governo alemão vem reduzindo sua dotação ano a ano. Devido a isso, a proporção da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), órgão do Estado alemão, tem caído em relação à sua Renda Nacional Bruta (RNB), ficando abaixo da

meta da ONU, estipulada em 0,7% da Renda Nacional, percentual que o país vinha cumprindo rigorosamente desde 2020. Portanto, os cortes orçamentários na cooperação não decorrem necessariamente da recessão econômica analisada, mas de uma deliberação política.

Em consequência, vem ocorrendo as reduções orçamentárias do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ). Por essa razão, este ministério amargará a redução de 20% dos seus recursos, isto é € 10,3 bilhões, em 2025, ante € 11,3 bilhões, em 2024, o que ocorre pelo segundo ano consecutivo (DW, 23 ago. 2024). As causas dos cortes podem ser encontradas na crise do capital alemão e na busca de sua superação pela adoção do keynesianismo militar, via priorização dos investimentos em defesa, como visto anteriormente. Enfim, estão diretamente ligados ao contexto de crescente rearmamento europeu, que tem a Alemanha como principal motor para alcançar as metas de gastos militares da OTAN (EUA). Contudo, inevitavelmente, isso impacta outras áreas do orçamento.

De fato, a ajuda humanitária de emergência está sendo drasticamente reduzida, com cortes de 53%, perdendo cerca de € 1 bilhão, ainda que isso tenha consequências devastadoras em um cenário global com mais de 100 milhões de pessoas deslocadas. Alertas como este, sem resultados, vem sendo feitos pela sociedade civil alemã. Nessa perspectiva, a VENRO, organização que representa cerca de 140 ONGs no país, têm expressado profunda preocupação com o impacto desses cortes na capacidade de alcançar pessoas necessitadas em todo o mundo (Fürstenau, 2025).

Nesse contexto, os parceiros da cooperação alemã no mundo têm razões de sobra para se preocuparem. No Brasil é provável que poucos projetos em andamento e os compromissos de cooperação futura passarão sem reduções significativas. As decisões que estão sendo implementadas em 2025 apontam para cortes que podem comprometer futuros investimentos ou apoios em quase todos os projetos.

IMPACTOS NA MISEREOR

Os cortes no orçamento de cooperação para o desenvolvimento do governo alemão, liderados pelo Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ), têm gerado profunda preocupação e impactos diretos em grandes organizações, como a MISEREOR, a agência de ajuda da Igreja Católica na Alemanha.

A MISEREOR tem sido uma voz ativa e crítica em relação aos cortes, alertando que "radicalmente cortar a ajuda pública alemã ao desenvolvimento significaria virar as costas para o mundo." Eles enfatizam que isso não apenas prejudicaria sua própria atuação, mas também comprometeria a credibilidade e a influência da Alemanha como parceiro global.

A organização afirma que sua extensa rede de projetos na Ásia, África e América Latina seria severamente afetada. A MISEREOR trabalha com quase 1.900 organizações parceiras locais, e muitos de seus mais de 3.200 projetos em andamento são financiados também com fundos do governo alemão. Esses projetos muitas vezes alcançam áreas onde os programas de cooperação estatal ou embaixadas não conseguem chegar.

Como parte da VENRO (a organização guarda-chuva de ONGs para o desenvolvimento e ajuda humanitária na Alemanha), a MISEREOR ecoa a preocupação geral de que os cortes drásticos na ajuda humanitária (que teve uma redução de 53% no orçamento do BMZ para 2025) terão consequências devastadoras para milhões de pessoas em um mundo já assolado por guerras, crises climáticas e deslocamentos forçados. O presidente da VENRO, Herbst, afirma que esta medida é míope. A Alemanha, "como terceira maior

economia do mundo ... não pode continuar cortando orçamentos nessas áreas ... "a economia alemã se beneficia de uma reputação sólida e de relacionamentos confiáveis nos países do Sul Global. Isso também ajuda a garantir empregos aqui no país", ressalta.

A Abong alemã argumenta que, ao reduzir sua ajuda ao desenvolvimento, a Alemanha, como país exportador, arrisca perder importância e influência no cenário global. Em um momento em que os Estados Unidos são percebidos como um parceiro menos confiável em certas áreas, as instituições de desenvolvimento alemãs deveriam ter seus recursos fortalecidos para as tarefas internacionais da Alemanha.

Em síntese, os cortes do governo alemão na cooperação para o desenvolvimento representam um golpe sério para a MISEREOR e as demais agências germânicas, que se vêm forçadas a repensar a escala e o escopo de seus projetos.

(IN)CONCLUSÕES: E AGORA, HÁ O QUE FAZER?

Os movimentos ("sintomas") da conjuntura internacional, por seu caráter histórico, são processos abertos, cuja resultante futura depende sobretudo das ações e papéis que jogarem os sujeitos sociopolíticos nos conflitos e até mesmo do que poderíamos chamar de o imponderável. Portanto, qualquer conclusão das análises aqui desenvolvidas tem uma natureza provisória ou transitória, nesse sentido podemos falar de (in)conclusões. Ou, numa perspectiva dialética, de observação de tendências históricas em movimento.

Não se trata, portanto, de extrair conclusões para orientar o engajamento político ao lado de qualquer dos blocos de poder em conflito no cenário global, mas, sim, armar criticamente os sujeitos populares, academia e organizações da sociedade civil para construir estratégias autônomas de defesa dos seus territórios, interesses e projetos, muitas vezes, atravessados por ameaças de corporações pertencentes, tanto ao bloco de poder ocidental (mineração, finanças, agronegócio etc.) quanto o asiático (infraestrutura, agronegócio, mineração etc.), ambos, promovidos pelos entes estatais brasileiros.

Considerando os aspectos acima, podemos sintetizar os principais movimentos contraditórios na conjuntura internacional, a partir dos sete eixos de análises desenvolvidos ao longo do texto.

O primeiro movimento principal nesta conjuntura, a reconfiguração do poder político-diplomático, econômico e militar global é uma tendência em consolidação, pelo avanço e fortalecimento do bloco de poder asiático, liderado pela China, com articulações em níveis diversos, seja com a aliança estratégica com a Rússia ("sem limites"), através da Iniciativa Cinturão e Rota, que articula inúmeros parceiros nos vários continentes, especialmente os da Organização para a Cooperação de Xangai (OCX) e também da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Desse modo, mais que articulações multilaterais estratégicas, que ainda inclui os Brics, os chineses tendem a reconfigurar o poder geopolítico também pela liderança no domínio de 85% das tecnologias que definem o modo de viver e de produzir no século XXI e pela hegemonia na produção industrial e comercial globais já conquistadas.

Segundo, observa-se uma aposta redobrada no keynesianismo militar, ou o aumento dos gastos militares como antídoto à crise do capital. De fato, as disputas (inter)imperialistas ou geopolíticas reforçam o caminho bélico como tentativa de saída da crise, conduzindo gigantescas somas de capital para o complexo industrial militar. O aumento desses gastos, ademais de impulsionar mais e maiores ameaças, conflitos e mais mortíferas técnicas de destruição, mais adiante, pode viabilizar ganhos de produtividade e a elevação da taxa de lucro do capital. Nos EUA, há décadas, isso consolidou o complexo industrial-militar como

parte nuclear e indissociável de sua economia, fundindo-o à indústria civil e tornando-o responsável por grande parte da Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Terceiro, a reconfiguração futura do poder global passa pela “verdadeira guerra” que travam os EUA no atual contexto. Assegurar o dólar como moeda interacional de trocas é o que tem garantido a rolagem de uma dívida pública que dobrou em uma década (U\$ U\$ 36 trilhões, em 2025) e a persistente hegemonia ianque no sistema financeiro global. Perder essa guerra significará a superação do dólar no comércio mundial e como reserva internacional, ou ainda a perda do seu “privilégio excessivo” e abusivo, como definiu Giscard d'Estaing. Todavia, embora a moeda ianque venha perdendo espaço como reserva de valor e no comércio mundial, o esvaziamento decisivo do dólar não é uma tendência posta no contexto atual. Nesse sentido, a *Genius Act* procura cimentar o domínio americano das finanças globais, através do atrelamento das criptomoedas aos títulos do Tesouro americano.

A quarta tendência principal em movimento nesta conjuntura relaciona-se à guerra comercial e tarifária, aos ataques de D. Trump à soberania do Brasil e, mais amplamente, aos Brics. Esses movimentos estão articulados e buscam, sem nenhuma garantia de sucesso, recuperar o domínio norte-americano sobre o mercado mundial ou, ao menos, em suas zonas de influência tradicionais, como as Américas, Europa e partes da Ásia. As forças dos EUA, nessa guerra, além da moeda e das armas, passam pelo controle mundial das finanças e pela dimensão do seu setor de serviços, que ainda é o dobro do chinês. As vulnerabilidades estadunidenses, todavia, podem ser fatais à sua hegemonia atual, que, encontra-se em aberta contestação. Dentre essas fraquezas, destacam-se a sua superação, pela China, na produção de valor-trabalho-natureza-tecnologia, o que se traduz em produção industrial (e comércio), mineração e tecnologias estratégicas. E, também, a vinculação de seu próprio setor de defesa à cadeia de suprimentos chinesa.

Relevante movimento recente, o quinto, desta conjuntura são as pressões dos EUA-OTAN, pelo aumento dos gastos militares para 5% do PIB de cada país europeu. Imposição, que, pela natureza da economia ianque, é fundamental para as atuais tentativas de reversão de sua decadência, admitida publicamente por D. Trump. Para isso, a produção da crise ucraniana (desde 2012 até a eclosão / manutenção da guerra) foi fundamental, inclusive para reafirmar, mais que a hegemonia estadunidense no continente europeu, a condição de associação subordinada deste aos EUA, expressa no rearmamento ou na estratégia ianque do keynesianismo militar, cujos maiores beneficiários são as corporações do complexo industrial militar dos EUA.

A sexta tendência destacada na conjuntura articula-se às anteriores, mas implica diretamente a economia alemã e da zona do euro, como um todo em uma abrupta redução da competitividade no mercado mundial. As razões dessa crise decorrem da perda da energia barata russa, imposta pelos EUA e que agora cobram maiores tarifas de suas exportações, e do crescimento da concorrência chinesa. Mergulhados na crise do seu capital, a Europa passa a conviver em termos sociais (com a regressão do estado de bem-estar), em termos políticos (com o crescimento do preconceito direcionado aos imigrantes), e ideológicos, com o avanço das ideias nazifascistas, o desrespeito aos resultados de eleições (Romênia) e ao direito de manifestação (prisão de centenas de partidários da causa palestina na Inglaterra e Alemanha).

A última tendência da conjuntura, por fim, ressaltada é consequência da crise europeia e da opção continental pela estratégia de rearmamento. Nesta direção, observa-se um movimento para deslocar dos orçamentos públicos nacionais quase um trilhão de euros das políticas de bem-estar social e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, onde

se incluem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS-ONU), e também a cooperação para o desenvolvimento internacional e ajuda humanitária, para realocá-lo nos complexos industriais da Europa e, principalmente, dos EUA, como a análise demonstrou.

REFERÊNCIAS

AFP (Carta Capital, 14.05.2025). "Colômbia assina acordo com a China para aderir à Iniciativa Cinturão e Rota". Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/colombia-assina-acordo-com-a-china-para-aderir-a-iniciativa-cinturao-e-rota/>. Acessado em: 02.07.2025.

ALLEN, Matthew (SWI – Swiss Info, 11.03.2025). "Suíça reduz financiamento para ONGs e projetos internacionais". Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/por/diplomacia-suica/su%C3%AD%C3%A7a-reduz-financiamento-para-ongs-e-projetos-internacionais/88843880>. Acessado em: 01.08.2025.

ALMEIDA, Henrique (Times Brasil, 18.07.2025). Trump ameaça Brics e defende hegemonia do dólar: "Se perdermos isso, é como perder uma guerra mundial". Disponível em: <https://timesbrasil.com.br/mundo/trump-ameaca-brics-e-defende-hegemonia-do-dolar-se-perdermos-isso-e-como-perder-uma-guerra-mundial/>. Acessado em: 11.08.2025.

BARAN, Paul; SWEEZY, Paul. O Capital Monopolista (1966). Editora: Zahar, 3ª ed, 1978.

BATISTA, Paulo Nogueira (Entrevista ao Brasil 247, 23.07.2025). "Trump socorre Bolsonaro porque quer um Brasil vassalo". Disponível em: <https://www.brasil247.com/entrevistas/paulo-nogueira-batista-trump-socorre-bolsonaro-porque-quer-um-brasil-vassalo>. Acessado em: 17.08.2025.

BRAUN, Elisa; COI, Giovanna (Politico, 05.03.2025). "Indústria de defesa investe pesado em lobby em Bruxelas". Disponível em: https://www-politico-eu.translate.google.com/article/eu-defense-industry-goes-big-on-lobbying-in-brussels/?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acessado em: 23.09.2025.

CE - COMISSÃO EUROPEIA (04.03.2024). "Primeira estratégia industrial de defesa e um novo programa da indústria de defesa para aumentar a prontidão e a segurança da Europa". Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/en/ip_24_1321. Acessado em: 07.07.2025.

CERNADAS, Gisela; FOSTER, John Bellamy. "Actual U.S. Military Spending Reached \$1.537 Trillion in 2022—More than Twice Acknowledged Level: New Estimates Based on U.S. National Accounts". *Monthly Review*, vol. 75, n. 06 (nov.2023). Acessado em: 10.09.2025.

COPETTI, Thiago; FRAGA, César (Extra Classe, 07.07.2025). "Banco, desdolarização e novos países: os três pilares da força do BRICS". Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/economia/2025/07/banco-desdolarizacao-e-novos-paises-os-tres-pilares-da-forca-do-brics/>. Acessado em: 09.08.2025.

COTOVIO, Vasco (CNN – Internacional, 25.06.2025). “Espanha reitera que não participará do aumento de gastos com defesa da Otan”. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/espanha-reitera-que-nao-participara-do-aumento-de-gastos-com-defesa-da-otan/#goog_rewarded. Acessado em: 07.07.2025. Países da aliança concordaram em investir 5% do PIB com segurança, após apelo de Donald Trump.

COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS (2025). In: https://www-cfr-org.translate.goog/in-brief/what-defense-production-act?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acessado em: 30.07.2025.

DEFESANET (21 de abr. 2024). “SIPRI – Gastos Militares Mundiais Alcançam U\$D 2,4 trilhões”. In: <https://www.defesenet.com.br/tt/sipri-gastos-militares-mundiais-alcancam-ud-24-trilhoes/>. Acessado em: 09.08.2025.

DW (23.08.2024). “Alemanha discute reduzir investimento em outros países”. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/alemanha-discute-eliminar-minist%C3%A9rio-para-coopera%C3%A7%C3%A3o-internacional-e-reduzir-gastos-no-exterior/a-70036358>. Acessado em: 23.09.2025.

EDITORIAL, Acta Paul Enferm. “Uso da inteligência artificial na elaboração de artigos científicos”. Editorial, Acta Paul Enferm, N. 38, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2025EDT03>. Acesso em: 03.11.2025.

EPRS - EUROPEAN PARLIAMENTARY RESEARCH SERVICE (2023). European Parliament (EPRS). “Reinforcing Europe's defence industry” (Briefing jul.2023). Disponível em: [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/749805/EPRS_BRI\(2023\)749805_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2023/749805/EPRS_BRI(2023)749805_EN.pdf). Acessado em: 09.08.2025.

EURO NEWS (26.06.2025). “Como são os gastos da Europa com a defesa face à pressão de Donald Trump?”. Disponível em: <https://pt.euronews.com/my-europe/2025/06/26/como-sao-os-gastos-da-europa-com-a-defesa-face-a-pressao-de-donald-trump>. Acessado em: 27.08.2025.

ESPRESSO (Agência Lusa, 14.07.2025). “Trump vai enviar sistemas de defesa antiaérea Patriot para a Ucrânia e diz que a conta será paga pela EU”. Disponível em: <https://expresso.pt/internacional/guerra-na-ucrania/2025-07-14-trump-vai-enviar-sistemas-de-defesa-antiaerea-patriot-para-a-ucrania-e-diz-que-a-conta-sera-paga-pela-ue-97c79oaf>. Acessado em: 10.08.2025.

FÜRSTENAU, Marcel (DW, 30.06.2025). “Germany slashes development aid to boost defense spending”. Disponível em: <https://www.dw.com/en/germany-development-aid-cuts-defense-spending-donald-trump/a-73093270>. Acessado em: 23.09.2025.

GOLDMARKET (Goldmarket, s/d). Em: <https://www.goldmarket.fr/pt/evacuation-et-rapatriement-de-lor-en-france-entre-1923-et-1968/>. Acessado em: 12.09.2025.

GUANDALINI, Giuliano (Brazil Journal, 05.03.2025). "‘Custe o que custar’: o plano da Alemanha para navegar Trump-Putin". Disponível em: <https://braziljournal.com/custe-o-que-custar-o-plano-da-alemanha-para-navegar-trump-putin/>. Acessado em: 01.08.2025.

GUILBERT, Kieran; AP (Euro News, 13.05.2025). "EUA e Arábia Saudita assinam acordo de armas no valor de 127 mil milhões de euros". Disponível em: <https://pt.euronews.com/2025/05/13/eua-e-arabia-saudita-assinam-acordo-de-armas-no-valor-de-127-mil-milhoes-de-euros>. Acessado em: 09.08.2025.

HIRSCHFELD, Andy (Al Jazeera, 30 jul. 2025). 'Exorbitant privilege': can the US dollar maintain its global dominance? Disponível em: <https://www.aljazeera.com/economy/2025/7/30/exorbitant-privilege-can-the-us-dollar-maintain-its-global-dominance>. Acesso em: 21 ago. 2025.

HOBBSAWM, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. História do pensamento econômico. Tradução de Jaime Larry Benchimol. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

JOHNS HOPKINS UNIVERSITY (CARI - China Africa Research Initiative / SAIS - School of Advanced International Studies, 2025). Disponível em: <https://www.sais-cari.org/>. Acessado em: 27.09.2025.

KEYSTONE – DAS (SWI – Swiss Info, 19.09.2024). "Parliament approves an extra CHF4 billion for the Swiss army". Disponível em: <https://www.swissinfo.ch/eng/swiss-politics/4-billion-more-for-the-army-offset-by-other-items/87579804>. Acessado em: 01.08.2025.

LANGRAND, Michelle (Geneva Solutions, 25.01.2025). "Suíça cortará financiamento para agências da ONU". Disponível em: <https://genevasolutions.news/global-news/switzerland-to-slash-funding-for-un-agencies>. Acessado em: 23.09.2025.

MAGDOFF, Harry. A Era do Imperialismo (1969). Hucitec, 1978.

ONU - Nações Unidas Brasil (14 jul. 2025). "ONU alerta: apenas 35% das metas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão no caminho certo". Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/297946-onu-alerta-apenas-35-das-metas-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-estao-no-caminho>. Acessado em: 12.08.2025.

ORGAZ, Cristina J. - BBC News Mundo (23.11.2024). 'O milagre alemão terminou, e Europa sofrerá as consequências'. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c3wq29z3w50>. Acessado em: 05.07.2025.

PEDERSON, Anna; AKOPIAN, Michael. "Mais nítido: dissuasão integrada". Center for a New American Security, 11 de jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnas.org/publications/commentary/sharper-integrated-deterrence>. Acessado em: 20.07.2025.

PEIXOTO, Adriano de L. A. et al. "Guia para Uso Ético e Responsável da Inteligência Artificial Generativa na Universidade Federal da Bahia". Salvador: UFBA, 2025. Disponível em:

https://ufba.br/sites/portal.ufba.br/files/guia_para_uso_etico_e_responsavel_da_inteligencia_artificial_generativa_na_universidade_federal_da_bahia.pdf. Acessado em: 07.07.2025.

PERALTA, Helena C. (Forbes, 18.03.2025). "Rearmamento da Europa: empresas do setor da defesa estão a valorizar à boleia do novo plano". Disponível em:

<https://www.forbespt.com/rearmamento-da-europa-empresas-do-setor-da-defesa-estao-a-valorizar-a-boleia-do-novo-plano/>. Acessado em: 01.07.2025.

PLADSON, Kristie (DW, 22.03.2022). "Lobby das armas quer ganhar rótulo de 'sustentável'". Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/em-meio-%C3%A0-guerra-da-ucr-%C3%A2nia-lobby-das-armas-quer-r%C3%B3tulo-de-sustent%C3%A1vel/a-61264064>. Acessado em: 23.09.2025.

PORTAL INICIATIVA DE LA FRANJA Y LA RUTA (2025). Em:

<https://esp.yidaiyilu.gov.cn/special>. Acessado em: 27.09.2025.

RAYMUNT, Monica (Bloomberg Línea, 15.01.2025). "Em ano difícil, Volks cogitou fechar fábricas na Alemanha. 2025 pode ser ainda pior". Disponível em:

<https://www.bloomberglinea.com.br/negocios/em-ano-dificil-volks-cogitou-fechar-fabricas-na-alemanha-2025-pode-ser-ainda-pior/>. Acessado em: 08.08.2025.

REUTERS (2 de março de 2023). "Estudo diz que China lidera os EUA na competição global por tecnologias emergentes importantes". Disponível em:

<https://www.reuters.com/technology/china-leads-us-global-competition-key-emerging-technology-study-says-2023-03-02/>. Acessado em: 06.07.2025.

RICHTER, Félix (Statista, 22.10.2024). "A influência global dos novos BRICS Plus".

Disponível em: <https://www.statista.com/chart/33311/brics-share-of-global-gdp-and-population/>. Acessado em: 12.09.2025.

SAZONOV, Alexander; MELIN, Anders (Bloomberg Línea, 11.05.2025). "Este empresário construiu um império de US\$ 16 bi com o boom de armamentos na Europa". Disponível em:

<https://www.bloomberglinea.com.br/negocios/este-empresario-construiu-um-imperio-de-us-16-bi-com-o-boom-de-armamentos-na-europa/>. Acessado em: 10.08.2025.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). Dados reunidos por Gemini (app de IA do Google). Acessado em: 09.08.2025.

SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute). "National debt of the United States." Disponível em: https://en-m-wikipedia-org.translate.google/wiki/National_debt_of_the_United_States?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc&_x_tr_hist=true.

Acessado em: 11.08.2025.

SOUSA, Renan (Money Times, 18.07.2025). "Trump sanciona Genius Act, primeiro marco da regulação de criptomoedas nos Estados Unidos". Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/trump-sanciona-genius-act-primeiro-marco-da-regulacao-de-criptomoedas-nos-estados-unidos-rens/>. Acessado em: 11.08.2025.

SOUZA, Camila Mendes da Silva. Uso da inteligência artificial na preparação de artigos científicos. Acta Paul Enferm [online]. 2025, vol. 38, eEDT03. Disponível a partir de: <https://acta-ape.org/en/article/use-of-artificial-intelligence-in-the-preparation-of-scientific-articles/>. ISSN 1982-0194.

THE ECONOMIC TIMES (11.07.2025). "O próprio manual de Washington está alimentando o pivô global do dólar, diz GTRI". The Economic Times. Disponível em: https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/foreign-trade/us-economic-geopolitical-actions-pushing-countries-to-look-for-dollar-alternatives-for-trade-gtri/articleshow/122381036.cms?utm_source=contentofinterest&utm_medium=text&utm_campaign=cppst. Acessado em: 12.08.2025.

UNITED NATIONS (2025). Disponível em: https://dppa-un.org.translate.google/en/association-of-southeast-asian-nations?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=tc. Acessado em: 26.09.2025.

UOL (10.06.2011). "Otan corre risco de 'irrelevância' sem mais gastos europeus, diz Gates". Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2011/06/10/otan-corre-risco-de-irrelevancia-sem-mais-gastos-europeus-diz-gates.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 20.08.2025.

VALOR ECONÔMICO (09.07.2025). "Dólar cede terreno para euro e franco-suíço brilha em reservas globais aponta FMI". Em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2025/07/09/dolar-cede-terreno-para-euro-e-franco-suico-brilha-em-reservas-globais-aponta-fmi.ghtml>. Acessado em: 23.08.2025.

XINHUA PORTUGUÊS (10.07.2025). "Banco do BRICS terá 30% da carteira em moedas locais até 2026, anuncia presidente". In: <https://portuguese.news.cn/20250710/b5e49648ofce414db3b7dc8e5d20ee12/c.html>. Acessado em: 12.08.2025.

YANG, Philip (Revista Piauí, 21 jul 2025). "O Brasil e a encruzilhada da hegemonia americana". Em: <https://piaui.folha.uol.com.br/o-brasil-e-a-encruzilhada-da-hegemonia-americana/>. Acessado em: 30.08.2025.

FONTES, POR TEMAS, OBTIDAS ATRAVÉS DE MECANISMOS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA):

Gastos Militares (Geral, EUA e Europa)

- **SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute):** Principal fonte para dados de gastos militares globais e por país.
 - [Página principal do SIPRI](#)

- Para tendências específicas, geralmente consulto a **Base de Dados de Gastos Militares do SIPRI** ou os relatórios anuais publicados na seção de "Publications". Ex: [SIPRI Fact Sheet: Trends in World Military Expenditure, 2023](#) (Este é o relatório mais recente que cobriria os dados até 2023 e as tendências gerais).
- **OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte)**: Para informações sobre metas de gastos militares dos membros e comunicados de cúpulas.
 - [Página de Defesa e Gastos da OTAN](#)
 - [Comunicados de cúpulas da OTAN](#) (onde as metas são estabelecidas e discutidas).

Cortes na Cooperação para o Desenvolvimento (Suíça e Alemanha)

- **Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (SDC/DDC)**: Para informações oficiais sobre o orçamento de desenvolvimento da Suíça.
 - [Página principal da DDC \(em inglês, francês ou alemão\)](#)
 - Notícias e comunicados sobre decisões orçamentárias são geralmente encontrados na seção de notícias ou documentos. Ex: [International Cooperation Strategy 2025-2028 of the SDC](#) (Este documento de estratégia menciona as alocações e as decisões do parlamento).
- **Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZ) da Alemanha**: Para informações oficiais sobre o orçamento de desenvolvimento da Alemanha.
 - [Página principal do BMZ \(em inglês ou alemão\)](#)
 - Seções de "Press" ou "Publications" para relatórios orçamentários e comunicados.
- **Organizações da Sociedade Civil (ONGs)**: Para a perspectiva de organizações diretamente impactadas pelos cortes.
 - **HEKS/EPER (Swiss Interchurch Aid)**:
 - [Página principal da HEKS/EPER \(em inglês, francês ou alemão\)](#)
 - Notícias e comunicados de imprensa sobre os impactos dos cortes são frequentemente publicados aqui. Ex: [Notícias relacionadas a financiamento ou cortes](#) (Buscas por termos como "funding cuts" ou "budget cuts" trariam resultados específicos).
 - **MISEREOR (German Catholic Bishops' Organisation for Development Cooperation)**:
 - [Página principal da MISEREOR \(em inglês ou alemão\)](#)
 - Comunicados de imprensa e posicionamentos sobre o orçamento de desenvolvimento da Alemanha. Ex: [Notícias e declarações da MISEREOR sobre cortes](#) (Buscas por "BMZ budget" ou "cuts" trariam resultados relevantes).
 - **VENRO (Associação Alemã de ONGs de Desenvolvimento e Ajuda Humanitária)**:
 - [Página principal da VENRO \(em inglês ou alemão\)](#)
 - Comunicados e análises sobre o impacto dos cortes governamentais nas ONGs alemãs.
- **OECD (Organisation for Economic Co-operation and Development)**: Para dados sobre Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD) e análises sobre a política de doadores.

- Dados sobre Ajuda Oficial ao Desenvolvimento da OCDE

Dados de autoria

Joaci de S. Cunha

Advogado, doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), pós-doutor (2020) pelo Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, assessor do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS) e coeditor da revista *Cadernos do CEAS*. É autor de diversos artigos e capítulos publicados, respectivamente, em revistas e livros. Pela Edufuba (2017) assina *O fazer político da Bahia na República (1900-1930). Matriz das relações entre Estado, corporações e políticos*. E-mail: joacisc@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3541-7044>.